



A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Eu queria agradecer muito a presença de todas e todos, desejando um bom dia.

Com isso, declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que vai aqui debater os impactos sociais e ambientais resultantes do processo de licenciamento do parcelamento do solo do Núcleo Rural Lago Oeste.

O requerimento é de autoria do Deputado Nilto Tatto e de minha autoria, Deputada Erika Kokay.

Este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Por isso, solicitamos aos palestrantes que utilizem sempre o microfone para as suas colocações.

Convido para compor a Mesa a Sra. Fabiana Cristina Tavares Torquato, Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal; o Sr. Carlos Tadeu Castro Gomes, Presidente da Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste — ASPROESTE; o Sr. Antonio Queiroz Barreto, Superintendente de Licenciamento do Instituto Brasília Ambiental — IBRAM.

Nós ainda estamos no aguardo, porque confirmaram presença — e pedimos que, tão logo cheguem, sintam-se incorporados à Mesa —, do Sr. Mauricio Laxe, Chefe da Unidade de Conservação APA do Planalto Central, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, e do Sr. Carlos Leal, Presidente em exercício da TERRACAP — Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Vamos conceder um prazo de 10 minutos para cada um dos expositores. Em seguida, abrimos para o debate com as pessoas que aqui estão. Nós temos um cronômetro ali, que controla o tempo para que as pessoas possam organizar a sua fala.

Informamos aos palestrantes e aos demais presentes que esta Comissão vai promover um debate interativo, por meio do portal e-Democracia, que é uma ferramenta da Câmara Federal que dialoga com a população. Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos convidados ao final do debate.

Para ter acesso à Internet por *wi-fi*, conecte-se à rede CD-VISITANTES, acesse a tela de acesso, faça o cadastro com nome, CPF e telefone, e receba a senha por mensagem



de texto — SMS. Uma vez feito o cadastro, não é necessário refazê-lo: essa senha não expira, ou seja, poderá ser utilizada sempre que o visitante estiver na Câmara, já que a inscrição é feita com o CPF das pessoas. Então, quem quiser pode interagir conosco.

O público presente poderá enviar por escrito perguntas à Mesa, mas vamos permitir que façam uso da palavra.

Nós queremos que os palestrantes assinem um termo para que possamos publicar as suas exposições e utilizar sua imagem para transmissão pela Internet e pelos programas desta Casa.

Vamos então começar a nossa audiência.

A ideia de organizarmos esta discussão se deu a partir de uma reunião chamada pela associação para discutir declarações que provocaram muita angústia na comunidade, declarações do governador eleito, acerca da possibilidade de aquela área, pertinente à Secretaria do Patrimônio da União, ser cedida para o Governo do Distrito Federal, talvez com uma perspectiva de loteamento ou parcelamento.

E nós queremos preservar o Lago Oeste pelo que ele representa. Ali nós temos contato com a fauna, com a flora, e ali nós estamos ao lado do Parque Nacional. E nós precisamos preservar isso, pela importância da manutenção de uma lógica de sustentabilidade que nos lembre que nós não somos donos da vida, mas fazemos parte de uma trama de vida que se conecta e interage, ou seja, nós nos retroalimentamos com esta relação com o conjunto das expressões e da diversidade da vida no nosso planeta.

Portanto, nos preocupamos com que tenhamos clareza do que está pensando o governo eleito acerca do Lago Oeste.

Nós já vimos uma medida provisória, a 852, que discutia gestão dos territórios da União, e de repente incluiu-se ali uma emenda que tira parte da Floresta Nacional e tira também parte do Parque Nacional. Primeiro, é uma emenda estranha ao corpo da medida provisória, portanto, ela não poderia ser considerada, até porque já existe jurisprudência do Supremo dizendo que as emendas estranhas ao corpo da matéria não podem ser consideradas, têm que ser preliminarmente excluídas do processo e da própria medida provisória.

E, para além disso, não se faz um processo de desafetação ou qualquer processo que seja sem diálogo com a própria comunidade, sem definição de poligonais, sem avaliação de estudo, sem os estudos técnicos necessários e sem compensação. Nós não



aceitamos diminuir nem o Parque Nacional nem a Floresta Nacional. Se há áreas antropizadas dentro da Floresta Nacional, se há áreas que já não cumprem a função que deveriam, a de uma floresta, é preciso discutir de forma muito transparente, com muita profundidade, e, a partir daí, fazer a desafetação, se for o caso, com definições muito claras de poligonais, e com compensação de outras áreas, para que não se perca, para que não se diminua o tamanho da Floresta Nacional.

No Parque Nacional uma série de dentes foram construídos para preservar ali alguns tipos de atividade. Nós temos, portanto, uma preocupação muito grande com a necessidade de preservar esses espaços, tanto o do Parque Nacional quanto o da Floresta Nacional. Parece-me que já há um recuo do Relator, e nós esperamos que se consolide a perspectiva de retirar isso que tem uma série de inconstitucionalidades.

Quando se mexe com áreas que são importantes para a nossa sustentabilidade, é preciso que haja primeiro um processo extremamente democrático de discussão com todos os atores envolvidos. É preciso resgatar a lógica de territórios. Os territórios, que existem, não são só espaços que podem ser ocupados e ser submetidos a uma concepção ou a interesses privados ou individuais. E territórios se constroem com outros territórios, ou com o outro.

Então, foram estas as preocupações que fizeram com que nós tivéssemos aqui esta audiência.

Nós queremos iniciar as exposições dos nossos convidados, e vamos começar por quem representa a comunidade.

Eu diria que nesta reunião em que tive a oportunidade de estar presente, na associação dos moradores do Lago Oeste, vi muita riqueza e muita preocupação, e não apenas preocupação com os próprios espaços de moradia ou de produção ali do Lago Oeste, mas preocupação com a cidade, com o que representa a preservação daquele espaço numa concepção que possa responder à necessidade de sustentabilidade, de relação com a natureza. Enfim, isso diz respeito ao conjunto da população deste Distrito Federal e, por que não dizer, deste Brasil.

Eu digo tudo isso porque é preciso que nós tenhamos clareza de que isso não é uma "ideologia climática ou ambiental", que são termos que se criam. Como se criou "ideologia de gênero", agora se cria "ideologia ambiental", como se fossem tentativas de capturar consciências. Não. Há que se ter, sim, uma consciência ambiental e a consciência dos



nossos limites como seres humanos, e também das dimensões, como seres humanos, das nossas responsabilidades de preservar a vida.

Diante de tudo isso, eu passo a palavra, então, ao Sr. Carlos Tadeu Castro Gomes, Presidente da ASPROESTE — Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste.

Vamos trabalhar com um tempo de 10 minutos, e depois abrimos o microfone por 3 minutos para cada uma das pessoas que estão aqui conosco que queiram usar a palavra. Depois, nós devolvemos a palavra à Mesa, para que os palestrantes possam fazer suas considerações finais, incorporando qualquer contribuição que venha através do portal e-Democracia.

Passo-lhe a palavra com muita alegria, para o senhor começar o processo de discussão. Em seguida, passo ao representante do IBRAM e à representante da SPU. Se chegarem os outros representantes, eles terão também direito à palavra.

Tem a palavra o Sr. Carlos Tadeu Castro Gomes, Presidente da ASPROESTE.

O SR. CARLOS TADEU CASTRO GOMES - Bom dia a todos.

Bem, não preciso repetir o meu nome, não é?

Núcleo Rural Lago Oeste. Não esqueçamos dessa palavra: "rural". É como nós queremos que ele permaneça, para sempre: Núcleo Rural Lago Oeste.

Esse processo de licenciamento do Núcleo Rural Lago Oeste vem ocorrendo há algum tempo, não é coisa que foi inventada agora. Já faz muito tempo que ele vem ocorrendo.

No último sábado tivemos uma audiência pública como um passo inicial do processo de licenciamento propriamente dito.

Então, o que nós, ocupantes de chácaras do Núcleo Rural Lago Oeste, queremos é que ele permaneça como um núcleo rural. É essa a nossa luta de sempre: que seja um lugar de preservação ambiental; um lugar de produção orgânica, sem uso de adubos químicos, transgênicos, nada disso. O Núcleo Rural Lago Oeste tem que se manter como uma área de preservação, uma área de produção.

E não vai demorar muito para se tornar uma referência em produção. Hoje já é uma referência em sistemas de agrofloresta. É uma das áreas que mais tem agrofloresta no Distrito Federal, e eu não sei se fora do Distrito Federal.

Eu não vou tomar muito tempo. O que nós queremos sempre é bater nessa tecla: Núcleo Rural Lago Oeste.



A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Houve em Brasília um processo de ocupação desordenada muito intenso, que inclusive fez com que parte das milhares de nascentes fossem destruídas, e que houvesse grande impermeabilização do solo. Isso afetou inclusive áreas de proteção de mananciais. Portanto, nós temos no Distrito Federal um histórico que deixou um rastro de estresse hídrico, de destruição ambiental.

E, no Brasil, na última década, o desmatamento de unidades de conservação quase dobrou.

Em Brasília, nós ficamos muito preocupados com a afirmação do Governador eleito — que pode ter um significado diferenciado — no sentido de que o Lago Oeste poderia passar a ter outra função que não a de ser um núcleo rural, e um núcleo rural em uma área extremamente sensível e que precisa ser preservada.

Como foi dito aqui pelo Presidente da APROESTE, nós temos ali uma produção agroecológica bastante intensa e queremos preservá-la. Em função disso, a nossa ideia é a de que possamos, com o resultado desta audiência pública, marcar uma audiência com o próximo Secretário de Meio Ambiente, que é Parlamentar desta Casa, e também com o Secretário de Agricultura, a fim de que possamos consolidar essa concepção e manter uma relação de diálogo que existiu, em grande medida, entre o poder público e a associação de moradores.

Nós queremos marcar essa reunião, particularmente com o novo Secretário de Meio Ambiente indicado, e também tirar daqui uma publicação para o conjunto da sociedade.

Com esses encaminhamentos, eu passo a palavra ao Sr. Antonio Queiroz Barreto, que é Superintendente de Licenciamento do IBRAM, o Instituto Brasília Ambiental.

O SR. ANTONIO QUEIROZ BARRETO - Bom dia a todos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isso que se vê na projeção é o Núcleo Rural Lago Oeste, com sua situação bastante peculiar, que todos aqui conhecem: uma grande beleza da natureza e também uma grande sensibilidade ambiental e uma grande proximidade de várias unidades de conservação.

Essa é a situação da tomada. Temos o Parque Nacional de Brasília na parte de cima, e, abaixo, a REBIO da Contagem.

O Núcleo Rural, como foi dito aqui, existe há muito tempo, desde a década de 80, e está em processo de registro junto ao INCRA desde 1985.



Fazem parte do Lago Oeste remanescentes de quatro fazendas: Contagem de São João, de propriedade da SPU, da União; Palmas Rodeador, da SPU, da União; Brocotó, da TERRACAP e de particulares; e Buraco, também da TERRACAP e de particulares.

A Lei nº 548, de 1993, celebra convênio com a União e autoriza criação do Lago Oeste.

Notamos que, conforme o art. 2º da lei, *"o Núcleo Rural Lago Oeste terá o objetivo de produção de alimentos de alto valor nutritivo destinados à complementação alimentar da população do Distrito Federal e de matérias-primas específicas destinadas ao setor industrial"*.

Conforme o art. 3º, *"para alcançar as suas finalidades, o Núcleo Rural Lago Oeste implementará projetos cooperativos de produção, processamentos, comercialização de alimentos e matérias-primas, em consonância com a respectiva estrutura fundiária e o mercado consumidor"*.

Esses são os pontos mais importantes da Lei Distrital nº 548, de 1993, que cita a criação e a função desse núcleo rural de que estamos tratando.

Esse é o mapa fundiário do Distrito Federal, com as várias fazendas que outrora existiam e compõem hoje o DF.

Temos, na parte amarela mais intensa, o Lago Oeste, com aquelas 4 fazendas remanescentes.

Esta é a nossa área de preservação permanente. Temos um limite muito próximo da face norte-nordeste, que é uma área de preservação permanente bastante acentuada, principalmente devido à APP de chapada, nascentes e etc.

Então, quais são áreas de preservação permanentes na área de influência e dentro da área do Núcleo Rural Lago Oeste? Há nascentes — APP de 50 metros; córregos — APP de 30 metros; borda de chapada — APP de 100 metros; veredas — APP de 50 metros; e a declividade, que é a própria encosta.

Lembro que não existe previsão legal para ocupação de área de preservação permanente, a não ser que seja como área de utilidade pública, como equipamentos públicos e etc.

Nós temos ainda as unidades de conservação que abraçam ou influenciam o Núcleo Rural Lago Oeste: o Parque Nacional de Brasília, abaixo; a Reserva Biológica da



Contagem, que é aquele verde; a APA de Cafuringa, o amarelo em cima; e a APA do Planalto Central, que também faz interface.

São essas 4 unidades de conservação que trazem justamente o que vocês veem no dia a dia lá: a necessidade de preservação daquele ambiente, tanto para recarga e manutenção dos corpos hídricos quanto para um convívio com a situação ambiental bastante peculiar.

Essa é uma imagem do Lago Oeste em 2015. É uma área de 69 hectares, e já temos lá 4 mil e poucas edificações. Em 175 lotes, a taxa de impermeabilização já é maior do que a permitida, mais do que os 100%. Há 471 lotes com mais de 3 edificações, também mais do que o permitido, chegando a haver lotes com 29 edificações. Além disso, 152 lotes possuem mais de 5% de taxa de impermeabilização.

Precisamos avançar para chegar à licença ambiental, a fim de que tenhamos um regramento que dê segurança para vocês, moradores; para o Estado, como fiscalizador; e para manutenção das funções previstas quando da criação do Lago Oeste. A coisa está acontecendo de forma muito rápida. Vocês que vivem lá estão verificando isso. Não podemos deixar que se perca a finalidade para a qual o Lago Oeste foi criado, não só a identidade socioeconômica e cultural, mas também a identidade ambiental com foco na preservação.

Temos um posicionamento do IPHAN, que enquadrou o Lago Oeste como nível 3. E está sendo realizado lá um estudo arqueológico. Então, além da situação ambiental, existe uma situação arqueológica já detectada pelo órgão competente. Assim, para que o licenciamento chegue ao final, temos que receber de vocês esse estudo arqueológico já apontado pelo IPHAN no início deste ano.

Eu não estive presente, mas a assessoria da Superintendência representou o IBRAM na audiência pública de sábado passado, pela manhã, na qual a empresa de consultoria que vocês contrataram apresentou o estado atual do EIA-RIMA, apresentou a situação, o diagnóstico, o prognóstico. Essa audiência pública faz parte do rito do licenciamento ambiental, é um dos passos.

Transcorreu a audiência pública. Vocês estão de parabéns, porque houve número razoável de pessoas: 202. Ela teve duração de 4 horas, foi bastante participativa, com 50 inscrições para pronunciamentos orais, 8 escritos e encaminhamento de 2 documentos anexos. Isso tudo está indo para o processo. Estamos aguardando a consultoria apresentar



a ata de reunião da audiência pública, bem como a degravação de tudo aquilo que aconteceu e o *link* da filmagem.

Quais são os nossos próximos passos? O que temos que fazer para chegar a uma licença de instalação corretiva? Não cabe mais a situação de licença prévia. Vocês estão passando por um licenciamento bifásico, recebendo uma licença de instalação corretiva.

O próximo passo será do IBRAM. Temos que finalizar um parecer sobre tudo o que recebemos até o momento, inclusive isso que a consultoria vai protocolar, a colaboração de vocês na audiência, verificando o cumprimento das documentações e estudos solicitados.

Esse parecer será enviado para o responsável pela APA do Planalto Central, no ICMBio, para que ele se manifeste através de uma ALA — Autorização de Licenciamento Ambiental. Em seguida, o ICMBio nos entrega a ALA — está ali o representante do ICMBio. De posse dessa ALA e junto com a aprovação do IPHAN ao estudo arqueológico que está sendo realizado, nós emitimos um parecer técnico conclusivo pela aprovação de todo o estudo do Núcleo Rural Lago Oeste.

Esse parecer conclusivo tem que ser enviado para o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, porque todo parcelamento de solo passível de EIA-RIMA tem que ter, antes da licença, o aval do conselho distrital de meio ambiente. Então, como vocês não passaram pela licença prévia, já vieram para a licença de instalação, antes da emissão dessa licença, tem que haver anuência do Conselho.

O Conselho dando a anuência, parte-se para a emissão de uma licença de instalação corretiva. Essa licença de instalação corretiva vai abranger toda a área do estudo apresentado pela consultoria. Dentro dessa área de estudo existem vários donos: a SPU, a TERRACAP e particulares. Então a licença ambiental vai abranger toda a área do estudo que já foi apresentado pelo IBRAM. Agora, não significa que a licença ambiental vai dar direito de posse para quem estiver lá. Ela está analisando apenas as questões ambientais.

Os proprietários de terras particulares no Núcleo Rural Lago Oeste devem dar entrada em requerimento de licença de instalação de seus respectivos imóveis. Para cada matrícula de imóvel será emitida uma licença de instalação. Caso haja terras da TERRACAP, será necessário um termo de cooperação técnica entre a ASPROESTE e a TERRACAP ou entre o proprietário e a TERRACAP, para que nós emitamos a licença, como está acontecendo com a SPU. A licença das terras da SPU vai sair em nome dela, e ela, mediante convênio,



vai implementar os procedimentos próprios para os lotes que estão sob seu domínio, que representam quase a totalidade da área — cerca de 70% do Lago Oeste. O restante vai ter que seguir esses procedimentos.

Nós até já enviamos ofício acerca desses requerimentos de licença para a ASPROESTE, para que seja divulgado entre vocês. Para as terras particulares não existe ônus para essa licença, porque já foi paga a análise. O que acontece com o órgão ambiental? Nós recebemos um preço público para analisar aqueles documentos. Esse preço foi pago lá atrás, junto com o requerimento da licença de instalação corretiva. Nós analisamos o estudo, e essa licença será emitida para toda a área de influência do estudo, todo o perímetro. Então, cada um que vier depois receber a sua licença basta entrar com o requerimento. Por exemplo, a fazenda X entra com o requerimento e recebe a Licença de Instalação do Parcelamento Rural Lago Oeste. Com essa LI, o responsável vai tentar se resolver com o cartório, para fazer o registro dos lotes e assim sucessivamente. Então esse é o estado da arte da nossa análise do licenciamento ambiental.

Agradecemos a cooperação a todos vocês. Trata-se de um processo que não vem de agora. Começou no IBAMA e vem rodando pelo IBRAM acho que desde 2008. Estamos em uma sinalização de conclusão. Precisamos ter muita calma e sobriedade com o que estamos fazendo, buscando realmente o que queremos.

Eu vejo, como servidor de carreira e ocupando hoje o cargo de Superintendente de Licenciamento Ambiental, que nós devemos buscar o máximo possível preservar as funções da criação do Lago Oeste.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Muito obrigada, Sr. Antonio Queiroz.

Penso que já houve a primeira audiência pública, e é preciso o licenciamento para que haja inclusive o processo de regularização, a fim de que nós possamos preservar o sentido do Núcleo Rural Lago Oeste. Eu penso que poderíamos tirar desta audiência também uma reunião com o IPHAN, porque o IPHAN precisa delimitar o campo arqueológico. Sem delimitar o campo arqueológico, é difícil que se tenha o licenciamento e que se avance nesse processo.

Eu queria chamar para compor a Mesa o Sr. Mauricio Laxe, chefe da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, no ICMBio.

Passo a palavra para a Sra. Fabiana Cristina Tavares Torquato.



A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO - Bom dia a todos.

Agradeço, Deputada, pelo convite. Acho que é sempre uma oportunidade boa podermos esclarecer dúvidas, para que não haja oportunistas nesses processos que tratam de questões fundiárias, que normalmente são muito delicadas. Então, audiências como esta nos ajudam a entender o que a comunidade está discutindo e apresentar as posições do poder público em relação aos seus limites jurídicos e administrativos.

Quero cumprimentar o Dr. Barreto, que tem sido um grande parceiro da SPU nesse processo de licenciamento e um parceiro da ASPROESTE também. Cumprimento o Dr. Carlos também, que tem militado, desde que eu cheguei à SPU, nesse processo de licenciamento da ASPROESTE.

Quero dizer para vocês o seguinte: quando eu cheguei à SPU, vocês já estavam com esse processo do EIA-RIMA bastante avançado. Havia na época 19 pendências, e foram todas cumpridas, sanadas. Algumas foram até suspensas, porque faziam referência a uma instrução normativa do INCRA. Dentro desse processo, contamos sempre com a parceria do IBRAM e do ICMBio, no intuito de avançar de forma prudente e responsável nas etapas necessárias para finalmente chegarmos à regularização.

Da parte da SPU, nós temos mediado as reuniões com o poder público e a ASPROESTE. Agora estamos na fase de assinatura de convênio. Nossa legislação nos permite fazer convênios com associações e interessados na regularização, no intuito de ajudarem o órgão a produzir as peças técnicas para a aprovação do parcelamento, que passa por licenciamento. Depois teremos que produzir as plantas descritivas de cada unidade para abriremos as matrículas. A conclusão do processo de regularização de parte da União seria a alienação por meio da CDRU — Concessão de Direito Real de Uso. Nós defendemos sempre a CDRU para as áreas públicas, porque achamos que se trata de uma proteção para a população. Ela difere um pouco da transferência de domínio pleno, na medida em que a CDRU sempre gera o encargo de que a pessoa mantenha a área com determinadas especificações e características.

Hoje nós obedecemos ao PDOT, à lei ambiental, às orientações do ICMBio e do IBRAM.

Aqui temos um núcleo rural, como o Carlos mencionou. As pessoas têm que ter o efetivo aproveitamento agrícola, que é de 80% da área, e a impermeabilização, que é de 5%.



A CDRU vai garantir, já que há cláusulas resolutivas, que o poder público sempre fiscalize os interessados e ocupantes da área, para verificar se de fato estão dando a finalidade que lhes foi outorgada na CDRU.

Este processo de regularização está sendo iniciado com a ASPROESTE, primeiro modelo de convênio que estamos fazendo com a iniciativa privada. A ASPROESTE é uma associação muito organizada, que está bem à frente de outras associações que ocupam áreas da União. A associação conseguiu se organizar e fazer um EIA/RIMA, que não é uma tarefa pequena. Nós entendemos que, com a ASPROESTE, poderemos, sim, avançar no processo de regularização plena por meio da CDRU, como eu disse.

Em todo este processo, as chácaras que já têm inscrição de ocupação, definidas naquele primeiro parcelamento que já existia quando a União passou a identificar os chacareiros, talvez tenha havido um mal-entendido. Nós já esclarecemos isso. A União entendia que nós teríamos que cobrar o efetivo aproveitamento das áreas, e a legislação do patrimônio da União tinha uma prerrogativa que dizia que, para demonstrar o efetivo aproveitamento e ser, digamos, beneficiário de imóvel público, a pessoa deveria ter residência. Dessa forma, nós solicitamos, na época, ao IBRAM que verificasse especificamente a situação de 30 chácaras, relação que nos foi passada, que não tinham nenhuma residência e que a União entendia que não produziam o efetivo aproveitamento.

Iniciou-se, assim, o processo de cancelamento da inscrição de ocupação, e não foi dada causa por nenhuma das pessoas que estavam lá. Na verdade, tratava-se de uma questão entre a SPU e o IBRAM. Nós chegamos ao consenso, mas, na verdade, nunca houve autorização para novas construções em relação ao que já existe construído no Lago Oeste. O que houve foi apenas uma adequação em relação a um número "x" de chácaras, que foram nominadas, para que as pessoas pudessem se adequar à legislação do patrimônio da União. Isso ocorreu no ano passado. Neste ano, já temos dispositivos supervenientes que nos permitem verificar o efetivo aproveitamento de outras formas. No entanto, não houve nenhuma autorização nem por parte do IBRAM, nem por parte da União, para que houvesse o reparcelamento de nenhuma área do IBRAM.

Em relação às fiscalizações, nós temos iniciado um processo com o ICMBio, que acho vai ser muito valioso. O Mauricio tem sido um guerreiro na fiscalização do Lago Oeste. Como órgão patrimonial, nós temos algumas limitações. Nossa consultoria jurídica já nos



alertou em outros momentos para o fato de que nossa fiscalização tem de se ater ao cumprimento da legislação patrimonial.

O poder de polícia no caso de questões ambientais e a obrigatoriedade da fiscalização ambiental continuam sendo dos órgãos ambientais. Mas, na medida do possível, temos nos comunicado para tentar viabilizar a fiscalização e dar efetividade aos parcelamentos que estão ocorrendo no Lago Oeste.

Eu não vou me alongar. Concluo minha fala e me coloco à disposição para responder às perguntas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Agradecemos à Dra. Fabiana.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Leal. Antes, porém, convido S.Sa. a compor a Mesa.

O Dr. Carlos Leal é Presidente em exercício da TERRACAP, da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

A título de informação, nós estivemos com o Presidente do IBRAM depois de uma audiência pública e na Câmara Legislativa, onde pudemos discutir as matérias que poderiam afetar a questão do Lago Oeste. A Lei de Uso e Ocupação do Solo — LUOS não se enquadra, porque diz respeito à ocupação urbana, e nós estamos falando de espaço que se refere à ocupação rural e com finalidade rural. Além disso, estivemos conversando com a TERRACAP.

Portanto, esta audiência pública visa, com base naqueles encaminhamentos e preocupações, a termos a fala do conjunto de órgãos públicos que dizem respeito à vida das pessoas que moram no Lago Oeste.

Informo que concederei a palavra ao Sr. Carlos Leal e, na sequência, abrirei a palavra às pessoas que quiserem participar, por 3 minutos. Em seguida, devolverei a palavra, por 2 minutos, a cada componente da Mesa e, assim, encerramos nossa audiência.

Concedo a palavra ao Sr. Mauricio Laxe, Chefe da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central do ICMBio.

O SR. MAURICIO LAXE - Bom dia a todos. Desculpem-me o atraso, mas é que houve um acidente no Eixão, e o trânsito parou totalmente.

Tentarei ser o mais rápido possível, porque tenho apenas 10 minutos.

Vamos a uma apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)



O grande desafio que temos é transformar o Núcleo Rural Lago Oeste em núcleo rural sustentável e ecológico, afinal se trata de uma região localizada em cinco unidades de conservação. Este é o desafio. A região está dentro da APA do Planalto Central. Para quem não conhece, a APA corresponde a uma boa parte do Distrito Federal e quase todo o Entorno, localizada na parte norte.

No zoneamento do PDOT, há uma zona rural de uso controlado que abrange duas zonas rurais de uso controlado: a zona 2 e a zona 5. A zona 2 tem a ver com o Paranoá, e a Zona 5, com a Bacia do Maranhão.

Como disse nosso colega Antonio, a autorização para a criação do Lago Oeste está na Lei Distrital nº 548, de 1993, que tem 6 artigos, mas eu só apresentei 2.

O art. 2 traz o objetivo, ou seja, a produção de alimentos de alto valor nutritivo, o que tem tudo a ver com agroecologia e agrofloresta e com a própria criação do Lago Oeste. Busca-se sempre que os projetos sejam cooperativos. É isto que está previsto na lei inicial, assim como os acordos, convênios e termos de ajuste com órgãos do Governo. Um pouco do termo de cooperação entre a ASPROESTE e a SPU, que se iniciaram há algum tempo, com a participação do IBAMA, tem a ver com o inciso I.

A implementação de projetos para a conservação de recursos naturais e para a proteção do meio ambiente tem que se traduzir nos condicionantes do licenciamento. O grande desafio é ter uma oportunidade numa área tão bonita como esta para implementarmos o licenciamento com um passo no caminhar certo e, assim, garantirmos que esta seja uma área de referência para todo o Brasil em termos de licenciamento numa área rural, buscando a sustentabilidade.

Há duas bacias hidrográficas: a do Paranoá e a do Maranhão. Nós estamos numa linha divisória de bacias hidrográficas. A importância para Brasília é estratégica, porque os recursos hídricos do sistema Torto/Paranoá dependem do Lago Oeste. É de lá que vem a maior parte da alimentação da barragem Santa Maria. Há quatro propriedades rurais: duas da SPU — Palmas Rodeador e Contagem São João; e duas da TERRACAP e outros — Buraco e Brocotó. Há a Fazenda Sítio do Mato, que ocupa um pedaço pequeno. Apesar de o EIA/RIMA não falar dela, ela pega uma parte pequena do Lago Oeste, próxima à Rua 4. A área total é de 4.681 hectares, com 24 ruas. O início dela está a 25 quilômetros do Distrito Federal e o fim, a 45 quilômetros, na Rua 20.



São aproximadamente 1.250 chácaras. Digo "mais ou menos" porque o EIA/RIMA é de 2010, e houve alguns subparcelamentos de lá para cá em áreas maiores do que 2 hectares. Os números de chácaras precisam de afinamento. A população atual é um pouco menor que 10 mil habitantes. O EIA/RIMA aponta uma previsão de 14 mil habitantes, e a média seria de 11 habitantes por chacara, baseada na perspectiva de 3 construções ou residências de alvenaria por chacara.

Como podemos ver, não estamos com todas as chácaras ocupadas, mas já há uma quantidade razoável de população, o que se reflete em algumas áreas já subparceladas.

Quanto ao consumo de água, estão previstos 200 litros por habitante/dia, menos a produção agrícola. Foi dito, no EIA/RIMA, pelo técnico que, se incorporarmos tudo, haverá uma deficiência hídrica. Se fossem apenas residências, não haveria problema. Se houver produção em todas as chácaras, sem preocupação sustentável, poderá haver uma deficiência hídrica.

O EIA/RIMA não fala nada sobre a perspectiva de abertura de poços. Por isso, temos que conversar um pouco mais afinado. A região com mais abertura de poços em Brasília é o Lago Oeste. O ideal é que houvesse poços artesianos para o conjunto das chácaras. Vamos ver como podemos construir esta perspectiva para que todos possam produzir. Caso contrário, teremos problemas a médio prazo.

Resíduos sólidos: são 9,2 toneladas ao dia, o que representa uma grande quantidade de resíduos sólidos na região.

Aqui temos as cinco unidades: a Zona de Proteção do Parque Nacional, a reserva biológica, a APM do Torto, Cafuringa e a APA do Planalto Central.

Este mapa é do EIA/RIMA. Está em vermelho a área de influência direta, e a parte em preto corresponde ao limite do Lago Oeste que está no EIA/RIMA. Os senhores podem ver que há uma parte que vou apresentar nos próximos eslaides a que chamamos "puxadinhos do Lago Oeste", parte que não consta do projeto original do Lago Oeste.

Esta é a APA do Cafuringa, que pega toda esta área em vermelho — ela está dentro. O zoneamento do manejo da APA do Cafuringa. A zona amarela é de uso especial, cuja utilização é mínima, justamente a parte em que começa a encosta.

A Zona de Uso Rural Controlada corresponde à área definida na cor marrom; à azul corresponde a Zona de Proteção de Mananciais.



Aqui temos o que se pode e o que não se pode em cada uma delas. Existe uma lei, o art. 2º da lei que regulamenta a APA do Cafuringa, cuja preocupação se volta para a Zona de Recarga de Aquífero.

Observem o entorno do Lago Oeste e a sua importância ambiental. São todas zonas de proteção da vida silvestre. Nestas áreas em verde, não pode haver nenhum tipo de ocupação.

Praticamente a área toda é uma zona de preservação da vida silvestre.

Tem-se aqui o que se pode e o que não se pode em cada zona. Fica proibida na APA a instalação de indústrias potencialmente poluidoras. Não é possível, portanto, haver indústrias na área do Lago Oeste. Nós temos embargado muitos galpões, alguns, inclusive, com finalidade industrial. Nós não podemos permitir que eles sejam construídos. Na nossa interpretação, enquanto não houver licenciamento, as construções não podem ser efetivadas.

Aqui é para vermos a importância ambiental. O que restou de verde na região do Distrito Federal e do Entorno está praticamente atrás do Lago Oeste. Há toda aquela zona que chamamos de Gorro do Saci, na bacia do Rio Maranhão. Trata-se de uma área importantíssima de proteção do próprio Cerrado e da fauna do Cerrado. É lá que se encontra boa parte das onças que se têm visto nas imagens.

Quanto às normas da APA, há um conjunto delas. Nós estamos disponibilizando a apresentação para ser colocada na página da ASPROESTE, para que todos tenham acesso às informações do que se pode e do que não se pode.

Nós fizemos, há 4 semanas, uma apresentação. Falta apenas formalizarmos e disponibilizarmos as informações a todos.

São proibidos plantas exóticas e transgênicos, e o agrotóxico e a pulverização aérea, que não são o nosso caso, também são proibidos, mas não o agrotóxico normal. Este é um problema que está em aberto. Hoje não é proibido usar agrotóxico naquela região, apenas transgênicos.

Esta é a APM do Torto, em Santa Maria, uma preocupação enorme para nós. Isso está refletido no EIA/RIMA. Em vermelho estão as áreas de vulnerabilidade do aquífero. Logicamente, onde está mais intenso o vermelho em relação à Bacia do Torto é justamente a região do Lago Oeste. Portanto, é superimportante não só para quem mora lá, mas também para a cidade como um todo garantir os recursos hídricos.



Aqui podemos ver uma das falhas do EIA/RIMA. Nós avisamos isso em 2016, mas ainda não obtivemos resposta do IBRAM às nossas solicitações. Acreditamos que depois destas audiências venhamos a ter alguma resposta formalmente. Só foram pegos seis pontos de monitoramento, dos quais quatro apresentaram problemas: coliformes fecais. Estou me referindo ao EIA/RIMA, não ao ICMBio, nem ao que o Mauricio que está dizendo.

Quanto às diretrizes da APM, tem-se aí o lado positivo do Lago Oeste.

Quanto ao solo urbano e à agrofloresta, tem-se o Programa Educação Ambiental. No entanto, há um grande problema. Vejam o saturamento de poços que já existe. Podemos ver em vermelho. Aquilo que parece ser poço artesiano, na verdade, não o é. Trata-se justamente de fossas negras. Olhem quantas fossas negras existem no Lago Oeste! Por isso, há problemas de coliformes fecais em algumas áreas. Há um grande problema nisso, coisa que precisa ser tratada. Está previsto este tratamento no EIA/RIMA.

Quanto à erosão, em vermelho e amarelo temos áreas muito sensíveis à erosão. Já foram feitas diversas tentativas, mas, pela declividade, sempre ocorre algum problema. Assim, em diversos locais, são feitos os tratamentos com barragem, drenagem, por meio de barragenzinhas, fios de bigode e as costelas peito de pombo. Mesmo assim, volta e meia, vê-se que, ainda que se faça algum tratamento, se não houver manutenção, a coisa complica.

Aqui temos três unidades: a Parque, a Reserva Biológica — REBIO, a Zona de Uso Controlado. São a dois e a cinco. Uma veio para a Bacia do Maranhão; a outra, para a Bacia do Paranoá. Elas têm regras específicas, todas são voltadas para a agrofloresta, para o turismo rural, para a produção orgânica. O potencial legal do Lago Oeste é este.

Os planos de utilização de glebas rurais, logicamente, também têm que ser discutidos mais à frente.

Volta a se falar de agrofloresta e de polo de disseminação de tecnologias, no caso, tecnologia alternativa, como a agrofloresta e a permacultura. A Zona Rural de Uso Controlado também tem algumas normas específicas, sempre voltadas para a questão ecológica.

No caso do lixo, há uma falha no plano de ocupação, já que não fala nada de lixo. Ainda não temos nenhuma regra. Temos que discutir melhor o afinamento para traduzir as condicionantes.



Nós temos uma densidade muito grande — 9,2 toneladas ao dia — e não temos nada que indique que realmente haverá coleta seletiva.

Pelo ICMBio, no caso de todos os assentamentos e áreas rurais que temos licenciado, nós temos colocado isso como condicionante. Então, provavelmente será um dos condicionantes a serem trabalhados com o IBRAM.

Sobre parcelamentos e adensamentos ilegais, vocês podem verificar que o que há de verde no fundo, tudo ali que está em verde é Cerrado, é mata de galeria. E o que havia em 2009 e 2010? Havia somente seis pontos com adensamento. Quem esteve na audiência pública viu que já apresentaram lá 136. Se não me engano, foi esse o número. E nós estamos fazendo aquela operação de fiscalização nos próximos dias, principalmente para ver qual o número real em relação ao problema de adensamento e parcelamento.

Esses são alguns exemplos de ações que fizemos em conjunto. Uma parte do que eles chamam de Puxadinho é justamente da TERRACAP, que é aquela parte no final da 18, no final da 17 e da 16 e na 4. Inclusive já saindo do Lago Oeste, há gente ocupando para além do Lago Oeste, na descida. Então, são problemas graves.

Esse visual é do Pontal dos Gaviões. Isso é de 2012. Isso não é de 2015 para frente, não, é de 2012. Ali são os campos de murunduns vertendo água. É um dos lugares mais bonitos que existe na região. Inclusive da saída da fazenda para a frente, o ICMBio, junto com o IBRAM, definiram, por intermédio de um GT, a implantação do parque a partir da sede da fazenda.

E o que nós estamos propondo? Existem seis planos já previstos para o núcleo rural. Pelo menos até agora, pelo que conversamos lá dentro, são estes os programas: coleta seletiva; arborização; fiscalização integrada, que precisa ser permanente; drenagem, para obrigar que haja as barraginhas — essa foi uma discussão que surgiu na audiência, que seria importante ter esse condicionante; controle de cães domésticos. O EIA-RIMA fala isso, porque há o problema de cães domésticos dentro do Lago Oeste e do Lago Oeste para o parque, os quais se transformam em cães asselvajados e atacam os animais silvestres.

Quanto ao problema do muro, nós continuamos com a posição de que não concordamos com a instalação de muros no Lago Oeste, porque não há muros em áreas urbanas. A própria Lei de Uso e Ocupação do Solo indicou isso em algumas outras áreas. E lá, que é um corredor ecológico entre três unidades de conservação, seria uma total



contradição permitir a construção de muros, a não ser para sustentar aqueles portões. Mas a nossa proposta é que não se construam mais muros no Lago Oeste.

O programa agroecológico e ecoturismo também não está previsto. E quanto ao problema da sinalização, é preciso intensificar a sinalização no Lago Oeste. O ICMBio tem tentado fazer a sua parte com as placas que nós colocamos.

Isso é um pouco da imagem da encosta do Lago Oeste. Algumas áreas da encosta são lindíssimas. Essa é a parte de cima do Pontal dos Gaviões, uma visão lateral.

A proposta de implantação do parque no entorno é de 2015, aliás, na verdade, começou em 2010, ao mesmo tempo em que começou o EIA-RIMA. Então, pensou-se inclusive nisso, e agora estamos em tratativas com alguns órgãos, inclusive com a TERRACAP, com a SPU e com o clube dos empresários em relação a isso.

Aí está a grande polêmica para a qual o ICMBio está propondo uma discussão a mais, além daquela audiência pública, que é essa linha azul, que vocês estão vendo ali, que é a parte da SPU, e da linha azul para a frente, onde há áreas da TERRACAP com outros e áreas de terceiros. Depois de passados 4 anos, só agora, há cerca de 20 dias, é que o IBRAM mandou um ofício para a ASPROESTE, pedindo a ela que identifique quem são os proprietários. Até a semana passada, sexta-feira, a TERRACAP também não tinha nenhuma interlocução com o processo de licenciamento do Lago Oeste. Hoje, praticamente, é o primeiro dia que a TERRACAP começa a participar do jogo.

Ali mostramos para vocês a questão da reserva legal. O ICMBio fez algumas proposições, além das reservas legais que todo mundo tem que fazer na proposição até o dia 31.

Esses são alguns visuais.

No Lago Oeste há oportunidades de ecoturismo, plano de ocupação com base ecológica; parcerias com todos os órgãos agregados, inclusive EMATER e ADASA.

E representam ameaças socioambientais: a pavimentação da DF-001, que está à vista; o parcelamento menor que 2 hectares — a comunidade tem que se manter informada, porque desinformada também é um problema; os órgãos públicos omissos no controle territorial. Esses são alguns problemas que podemos enfrentar se não houver uma integração de todos os órgãos para poder atuar na área.

O ICMBio destaca um problema gravíssimo, no nosso ponto de vista, que é o Ofício nº 615/18. Apesar de você ter comentado sobre os 30, o ofício não fala de 30, fala



genericamente. Tenho até a cópia do ofício para lhe mostrar, ele não fala nisso de forma contundente, ainda é contraditório em si.

Quanto à audiência pública, não houve a disposição pública dos documentos no prazo hábil, só foram colocados no dia 19 de dezembro; não houve comunicação nem mesmo ao ICMBio. A TERRACAP também não sabia, e a comunicação ao Ministério Público também não houve. O ofício ao IBRAM, sobre identificação dos proprietários, foi a 20 dias da audiência. E o termo de compromisso da SPU com a ASPROESTE não foi assinado, apesar de já estar encaminhado. Formalmente não havia nada que pudesse dizer que aquela audiência do licenciamento era formal. Existe gargalo sobre isso.

Solicitamos que, no máximo, no começo de janeiro, com o novo Governo, com uma nova perspectiva, com uma nova situação de gestão, voltemos a ter uma nova audiência. Assim daria tempo de afinarmos melhor quais serão os condicionantes para o Lago Oeste.

Aí está um pouco do ofício do IBRAM, que é um ofício polêmico. Vamos ter que atuar. A nossa promotoria já deu carta branca para atuarmos sobre isso. Existe inclusive uma ação da Polícia Federal para verificar as irregularidades dos procedimentos relativos à ocupação do Lago Oeste.

Aí está toda a carta. Ele começa dizendo que sabe que antes era suspenso, depois ele diz que o subparcelamento e o levantamento de construções de obras irregulares foram verificados em vistoria feita pelo IBRAM e que obras embagadas pela SPU são preocupantes. Em seguida, ele entra em contradição. Mesmo diante dos riscos de adensamento, ele literalmente nega o princípio de precaução e de prevenção. Isso está escrito lá, é uma coisa absurda. Quem é da área de meio ambiente... Quatro autoridades de conservação dizerem que esse princípio não existe, eu nem teria que voltar a dar aula, mas teria voltar para a faculdade, porque isso é um absurdo.

Ele coloca literalmente que na 30 não, está lá o texto: "*É possível liberar a construção de área interna de cada gleba inserida no Núcleo Rural Lago Oeste, desde que sejam adotadas pela Secretaria de Patrimônio Urbano da União as seguintes providências (...)*". As providências que estão aí são as que estão na norma. Isso acaba sendo condicionante antes do licenciamento.

Eu sei que a SPU não está ligada diretamente à situação, mas o ofício está pelo menos mal redigido, tecnicamente.



O IBRAM também passa, textualmente, a admitir novas construções no interior de cada chácara: *"Tomadas essas providências, entende essa Superintendência que é admissível a construção no interior de cada chácara (...)"* Não fala das 30. *"As únicas construções ora admitidas são aquelas que sejam realizadas dentro dos limites de cada gleba até então não edificadas"*. E termina com uma coisa fenomenal: *"(...) permanece a recomendação de vedação de novas construções em áreas outras que não aquelas localizadas no interior de cada gleba, não edificadas até esta data (...)"* O que sobra são as ruas e a área de domínio da BR nesse texto que aí está. Esse é o nosso parecer.

Aí está o que gerou um pouco de confusão e o aumento do parcelamento.

Em abril, a ASPROESTE, sabendo dessa informação, mas de boa-fé, afirmou que estava autorizando construções, mas a SPU ainda não deu aval. Em maio, a SPU aprova as construções.

O ICMBio não estava sabendo de nada disso. Nunca fomos formalizados disso, até hoje inclusive. Soubemos disso através da ASPROESTE, de quem foi notificado. Nós tivemos que tomar providências. Oficializamos a ASPROESTE. Estamos mandando as informações relativas a isso à SPU e ao IBRAM. Por conta disso, estamos pedindo que se refaça a audiência.

Fizemos contato com a TERRACAP, para trazê-la para o processo de licenciamento, o que não era obrigação nossa. O processo está rolando há 4 anos, ou melhor, há 9 anos, mas há 4 anos entregaram para o ICMBio. Ninguém tinha procurado formalmente a TERRACAP nesse sentido. Nós já quebramos o gelo. O Dr. Carlos é sempre parceiro, foi rápido em dizer que tem interesse nesse procedimento. Vamos encaminhar ofício tanto para a ASPROESTE quanto para a SPU e o IBRAM.

Termino rapidamente, atrasado. Parece que agora virou mania. Eu chego atrasado e demoro a acabar, mas consegui. Foram 20 minutos, quase o dobro, mas eu termino com a frase: *"O Lago Oeste é um paraíso, ajude a preservá-lo"*. A frase não é minha, é da ASPROESTE, representa o pensamento da comunidade. É por isso que temos de lutar e corrigir o que de certo modo está saindo, às vezes, do trilho. Não saiu ainda, o trem só está balançando. Queremos chegar à estação, mas com a devida velocidade, para que não descarrilhe, com o verdadeiro objetivo que garanta a sustentabilidade do Lago Oeste.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Mauricio.



Passo a palavra ao nosso último expositor, Carlos Leal, Presidente em exercício da TERRACAP — Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Apenas um detalhe: quem quiser fazer uso da palavra, apenas levante o braço, que nós vamos colher as inscrições. Permaneça com o braço levantado, que alguém vai colher a sua inscrição. Ao término da fala do Carlos, encerramos as inscrições.

O SR. CARLOS LEAL - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento os membros da Mesa: a Deputada Erika Kokay, a quem eu parableno pela realização desta audiência pública; a Dra. Fabiana, Superintendente da SPU/DF; o Antonio Barreto, Superintendente de Licenciamento do IBRAM; o Mauricio Laxe, que acabou de falar, Chefe da APA do Planalto Central do ICMBio; o Sr. Carlos Tadeu, Presidente da ASPROESTE.

Na TERRACAP, eu sou Diretor Técnico da área responsável por desenvolver os projetos de parcelamento, que também tem a função importante de fazer a análise e dar andamento às questões fundiárias, ou seja, definir e quantificar de quem é a propriedade de uma determinada área no Distrito Federal.

No que diz respeito à TERRACAP em relação a essa região, o Mauricio já comentou isso, há ali nos fundos — vou chamar de fundos porque de um lado está o DF e do outro lado o Lago Oeste —, no final das ruas, uma área de glebas com desapropriação em comum. Isso significa que são vários os proprietários daquela área. Não há ainda uma definição de qual área é de um proprietário e qual área é do outro.

Para que os senhores tenham uma ideia, há uma gleba que engloba as fazendas Brocotó, Catingueiro, Sítio do Mato, Córrego do Ouro e Água Doce. Ela começa depois da Rua 8, nos fundos do Lago Oeste, atravessa a DF-205 e vai até a divisa do DF com Goiás. Tem uma área total de 8.445 hectares. E a TERRACAP, nessa desapropriação em comum, tem apenas 2,5%, o que corresponde a 211 hectares. Isso significa que a maior parte dessa área é de propriedade de particulares.

Hoje esse processo torna-se de difícil conclusão porque os primeiros herdeiros morreram e ficaram vários descendentes, os herdeiros que estão vivos. E esse número só tende a crescer, porque, quando morre um, ficam todos os filhos como herdeiros, e assim por diante. Por isso, o processo de desapropriação, em comum, é muito lento, para definir não só onde fica a parte de cada um e o tamanho dessa parte.



No que diz respeito à TERRACAP, temos todo o interesse de participar desse processo e dar andamento ao processo de regularização. Nós não temos hoje nenhum projeto de regularização de área rural naquela região, atrás do Lago Oeste. E acredito que a TERRACAP tem a menor participação, do ponto de vista da área afetada, em que, conforme o Mauricio disse, tem crescido bastante o número de ocupações, lá atrás. É uma área sensível, ambientalmente. Temos todo o interesse de participar e de dar andamento naquilo que for correto do ponto de vista legal.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Muito obrigado, Dr. Carlos Leal.

Vou ler o nome das pessoas inscritas. Se alguém porventura quiser falar e não teve o nome lido, basta que se pronuncie, que nós incorporamos os nomes. Estão inscritos Juan Sugasti, Dioclécio Luz, Maria Emília e Tawana Amaral. Mais alguém deseja se pronunciar? *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos palestrantes, vou ler algumas perguntas que chegaram pelo e-Democracia.

O participante Alberto Silva fez a pergunta seguinte: *"Foram feitos levantamentos de todas as chácaras que supostamente descumprem os parâmetros urbanísticos e paisagísticos apresentados na proposta de Plano de Ocupação, com vista a quantificar o número de ocupantes que serão prejudicados? Quantas residências possuem mais de dois pavimentos?"*

Esta é a pergunta dois: *"Quantas edificações estão a menos de 5 metros das divisas das chácaras — notem que o Código Civil estabelece afastamento de 3 metros da divisa em construções na zona rural, o plano de ocupação intenciona ser mais restritivo que o CCB?"*

Esta é a pergunta três: *"Quantas chácaras possuem muros em suas divisas? Isso foi quantificado? São centenas e centenas. Como será o tratamento desses casos?"*

Esta é a pergunta quatro: *"Há uma série de atividades que não são proibidas por nenhum mecanismo legal constante do processo de licenciamento ambiental e que não são citadas como 'permitidas' pelo Plano de Ocupação. Com que base legal foi definido a impossibilidade, por exemplo, de criação de animais de companhia?"*

Vou deixar essas perguntas à disposição dos convidados. Peço que respondam posteriormente aquelas que tenham alguns dados mais específicos e não ofereçam condições para resposta neste momento.



A participante Havila Nóbrega disse: "*A audiência pública promovida pela Câmara Federal — Requerimento nº 277, de 2018 —, integra formalmente o processo de licenciamento ambiental do Núcleo Rural Lago Oeste?*" Não, não integra. Este é um processo de discussão frente às falas que aconteceram e frente às preocupações que nós conseguimos detectar na reunião na Associação. Daqui, nós vamos tirar alguns encaminhamentos. Um deles, como eu disse, diz respeito a levarmos estas discussões e este conteúdo para o novo Secretário do Meio Ambiente, a partir de janeiro, quando toma posse a nova gestão.

Ele foi convidado para esta audiência, mas achou melhor não participar. Entendo, porque ainda não está na condição de Secretário e não poderia falar como tal, embora seja Parlamentar desta Casa. Enfim, nós vamos marcar uma audiência.

E vamos marcar também com o IPHAN, porque são processos que precisam ser definidos, como a questão do sítio arqueológico. Nós devemos fazer isso no próximo ano.

Há uma sugestão, pelo risco e pela insegurança da audiência pública que foi feita, de se fazer uma nova audiência pública, supridas as lacunas que foram aqui apontadas, para não haver qualquer tipo de risco. Isso é algo a ser discutido, penso eu, com o novo Secretário do Meio Ambiente. Como há muita parceria, conforme estamos percebendo aqui — parceria com a SPU, a TERRACAP, a Associação, o ICMBio, o IBRAM —, como há um processo de construção com muita parceria, é possível realizar, sim, uma nova audiência, supridas essas lacunas aqui apontadas, para que não haja nenhuma insegurança jurídica. Faremos nova audiência no próximo ano, com a nova gestão.

Feitos esses esclarecimentos, pontuamos as perguntas que podem ser respondidas agora ou podem ser respondidas posteriormente, com mais precisão. Nós vamos tirar cópia das perguntas e passar para os órgãos presentes.

Passamos a palavra, por 3 minutos, para o Sr. Juan Sugasti.

Em seguida, passarei a palavra ao Sr. Dioclécio Luz.

O SR. JUAN SUGASTI - Bom dia a todos. Bom dia aos presentes à Mesa, às autoridades, à Deputada Erika Kokay, ao Sr. Carlos Tadeu, à Sra. Fabiana, ao Sr. Mauricio e ao Sr. Antonio.

Quero dizer que sou produtor orgânico, agroflorestal e agroecológico do Núcleo Rural Lago Oeste. Primeiramente, eu queria pontuar uma coisa, Deputada. Olhando o requerimento de solicitação da audiência pública, verificamos que traz o seguinte texto: "*Em*



recente documento que trata sobre o processo de licenciamento ambiental da região, o IBRAM — Instituto Brasília Ambiental emitiu parecer permitindo o subparcelamento dentro das áreas internas das chácaras". Já vimos que isso não é verdade. Eu gostaria de saber de onde veio essa informação, porque o requerimento não foi acompanhado do documento que autoriza isso.

Não sei se V.Exa. foi vítima de telefone sem fio ou de trote. Com todo o respeito, inclusive sou seu eleitor, quero dizer o seguinte: o parcelamento de solo no Núcleo Rural Lago Oeste já existe há mais de 30 anos, e a comunidade, porque a SPU não se manifestou, reuniu-se para fazer o licenciamento e a adequação ambiental da área, ou seja, foi a comunidade que se reuniu e que pagou os estudos de uma área da União. V.Exa. pode ver, portanto, que a sociedade do Lago Oeste tem a intenção de manutenção da questão rural de produção de alimentos de alto valor nutricional para o Distrito Federal.

Durante o processo de licenciamento, foi identificado que um dos principais problemas era o assoreamento das nascentes. A ASPROESTE obteve licença do IBRAM para promover o cascalhamento com expurgo de brita, que é agente não impermeabilizante, das 24 ruas do Lago Oeste, com a construção de mais de 480 peitos de pombo e mais de 380 baciões de infiltração, para resolver esse problema.

A comunidade está mobilizada para, assim como realizou o georreferenciamento das glebas, que já está feito — todas as propriedades têm o memorial descritivo —, executar todas as condicionantes do EIA/RIMA.

Outra questão é a seguinte: foi dito aqui que os documentos técnicos não foram disponibilizados para a audiência pública. Eu tenho conversa de WhatsApp dos moradores. No dia 16 de novembro, quase um mês antes da audiência, essa documentação foi disponibilizada no *site* do IBRAM. Por meio de tecnologia da informação, há como reaver isso. Eu baixei todos os documentos no dia 17 e li todos eles.

A resposta à Informação Técnica 2016, que compõe o plano de ocupação, traz todo o detalhamento a respeito da destinação do lixo, da coleta seletiva e de outros, do parcelamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUAN SUGASTI - Não, mas o documento diz que compõe o plano de ocupação. E o IBRAM aceitou. Então, eu queria falar a respeito disso.



Digo também que essa solicitação que aconteceu entre o IBRAM e a SPU é uma angústia dos produtores do Núcleo Rural Lago Oeste, porque há 9 anos foi feito um pacto para que não houvesse mais construções no Lago Oeste e isso impede a nossa capacidade produtiva. São propriedades de 2 hectares, de agricultores familiares, em geral. Com 2 hectares, eu não consigo ter uma produção em larga escala. De que eu preciso? Agregar valor à minha produção. Para isso, eu preciso construir uma agroindústria, mas não se pode fazê-lo, porque nós mesmos nos propusemos ao licenciamento, como exceção à regra dos parcelamentos rurais do Distrito Federal, que não têm o EIA/RIMA. Estamos nos propondo a fazer isso, para que o Núcleo Rural Lago Oeste continue como rural e que seja regularizada a situação dos legítimos ocupantes das áreas, das chácaras de 2 hectares.

Inclusive, há uma área urbana dentro do Núcleo Rural Lago Oeste, que é a COOPERPALMAS, que está fora do licenciamento. No início do licenciamento, a poligonal apresentada pela ASPROESTE englobava um pedaço da ampliação do Parque Nacional de Brasília e da REBIO da Contagem, que já foi excluída do plano de ocupação. E o plano de ocupação segue todas as determinações do Plano de Manejo da APA do Planalto Central, do Plano de Manejo da APA da Cafuringa, da área de amortecimento do Parque Nacional de Brasília e toda a legislação de ocupação do Distrito Federal, inclusive sendo mais restritivo.

Só para complementar, lembro que o plano de ocupação apresentado em 2014, que foi referendado por assembleia na ASPROESTE, foi quase completamente indeferido pelo IBRAM. Em 2017, foi apresentado um novo plano de ocupação, no qual os muros já estão excluídos. Portanto, a questão dos muros já está superada: é proibida a construção de muros. Agora, e quem construiu? O que vai ter que fazer no momento da regularização? Foi uma questão levantada na audiência pública, se vai ser Termo de Ajustamento de Conduta e se vai ter que demolir e fazer a propriedade se enquadrar nas regras de ocupação do Lago Oeste.

Então, eu acho que tem que tratar caso a caso. O mapa que foi colocado ali já demonstra que essas propriedades estão mapeadas. São essas propriedades que deveriam ser objeto de fiscalização, de autuação, porque elas não cumprem o regramento de ocupação do Lago Oeste. Agora, todos os produtores que cumprem as regras estão sendo penalizados pelos que não as cumprem.



O detalhe é o seguinte: é uma licença de instalação corretiva, e não uma licença de instalação prévia. Significa que já aconteceram coisas erradas, mas elas podem ser saneadas para que o principal, que é a taxa de impermeabilização de 5% da área — é relativamente pouca essa área impermeabilizada —, seja respeitado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Juan.

Apenas quero dizer que nós estivemos na audiência e na...

O SR. JUAN SUGASTI - Detalhe, não foi uma reunião convocada pela ASPROESTE, porque eu não recebi convite para participar, assim como vários outros associados que não foram convidados.

Desculpe-me, mas era um momento de eleição na ASPROESTE, e as pessoas que estavam lá compunham a oposição da chapa que ganhou a eleição.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Eu não vou entrar no mérito nem na dinâmica interna, porque isso não cabe a mim.

Fomos convidados para ir lá e fomos. E ali foi dito, em função da declaração do Governador eleito... Todos e todas viram o Governador dizer, num jornal de grande divulgação na cidade, que havia a possibilidade de fazer... Não ficou clara a fala dele, mas houve uma preocupação de que o Lago Oeste poderia perder suas características. Acho que têm que se fazer as adaptações necessárias, mas não se pode perder no processo.

Na minha avaliação, eu acho que Brasília não suporta mais um Vicente Pires. Vicente Pires foi acontecendo e se transformou numa realidade a ser considerada. Um processo que levamos anteriormente para discussão na SPU diz que as pessoas que preservaram as características rurais da área estão tendo que disponibilizar parte do terreno preservado para a colocação de equipamentos públicos. Essa ocupação desordenada acabou privando os espaços de equipamentos públicos. Como o plano urbanístico da cidade exige a colocação de equipamentos públicos, as pessoas que preservaram a sua área, enquanto área rural, estão tendo que se desfazer delas.

Eu sei que essa não é a mesma realidade da do Lago Oeste. Eu sei que lá há uma associação e uma comunidade mais organizada. Há vários instrumentos de gestão que estão fiscalizando isso.

A declaração do Governador eleito nos trouxe muitas preocupações. Penso eu que não haverá ousadia de quem quer que seja de fazer esse parcelamento. Já existem alguns adensamentos no próprio Lago Oeste, mas não são permitidos nem planejados. É preciso



fazer uma grande vigilância, considerando o carinho que essa cidade tem que ter com o Núcleo Rural Lago Oeste, inclusive com a produção agroecológica, que é absolutamente fundamental para a saúde.

Digo isso porque recentemente aprovou-se nesta Casa a liberação de agrotóxicos no Brasil, um dos países onde mais se utilizam agrotóxicos. Em resposta a isso, nós também aprovamos numa outra Comissão um plano de redução dos agrotóxicos. Mas, enfim, são coisas que estão em disputa permanente.

Feitos esses esclarecimentos, eu passo a palavra para o Dioclécio Luz. Em seguida, eu passo para a Maria Emília.

O SR. DIOCLÉCIO LUZ - Em primeiro lugar, eu quero parabenizar a Deputada Erika Kokay por não só promover esta audiência, mas também por estar acompanhando o processo, fazendo o que um bom Parlamentar deve fazer, que é promover a discussão e o debate e trazer os representantes e os envolvidos.

É importante fazer essa observação, porque a sociedade está aqui, assim como os órgãos públicos, à exceção da ASPROESTE.

Diz o princípio que não existe órgão público se não se trabalhar para a sociedade. É preciso deixar isso claro, porque há órgãos públicos e dirigentes que tomam distância e dizem: *"Eu estou aqui acima, e a sociedade, o cidadão está lá longe"*.

Faço uma observação: a ASPROESTE não é uma prefeitura, não é um órgão público. Eu sou um dos 400 filiados da ASPROESTE. Segundo informações do próprio Mauricio, chegam a 1.200, 1.250 mil moradores filiados. Então, a ASPROESTE tem relação privada com um terço da população. Por que eu estou dizendo isso? Porque não se pode delegar tudo para a ASPROESTE. Não se pode fazer um convênio, um acordo com a ASPROESTE supondo que as ações vão chegar a todos os moradores.

Eu volto a falar do órgão público — eu também trabalho em órgão público. É obrigação do órgão público dar transparência. Eu não posso aceitar este argumento ou esta discussão: *"Não recebi informação, não recebi..."*

O IBRAM, o ICMBio, a SPU e a TERRACAP, quando tiverem informação para dar ao cidadão e à cidadã que moram no Lago Oeste, têm que descobrir meios de chegar até eles. Eu não quero receber uma informação pelo WhatsApp, dizendo: *"Olhe, vai haver uma reunião da SPU"* ou *"A SPU criou uma nova norma"*. Não, a SPU tem que criar outros



meios de fazer chegar até mim ou a qualquer outro cidadão essa informação. Já basta não haver Correios, ônibus, entre outras coisas no Lago Oeste.

Feita essa observação, eu quero lembrar que esse é um ponto pacífico e necessário nessa história. Não adianta discutir regularização, parcelamento, se isso não chega a todos. Os senhores vão querer que a ASPROESTE puna aquele que não atenda o requisito da SPU ou do ICMBio ou do IBRAM? Vão querer isso ou vão encontrar um meio de chegar até lá, sendo que a norma legal exige que o órgão seja transparente para todos? Isso é uma observação.

Eu lembro que a SPU está cometendo vários erros. Há 1 ano, um grupo que mora na borda da Chapada pediu a poligonal, mas não veio resposta nenhuma. Então tive que apelar para a Lei de Acesso à Informação, e em uma semana ela chegou. Essas coisas não podem permanecer, não podem continuar. Elas têm que mudar.

Eu termino dizendo que não existe desenvolvimento rural se não for de forma sustentável, como bem lembrou o Mauricio. O que está sendo insustentável é o desmatamento do Cerrado e da Amazônia. Está faltando água não por causa do adensamento populacional, como diz a ADASA ou a CAESB, mas porque estão acabando com as florestas.

Finalmente, queria lembrar que educação ambiental não é só função do Ministério do Meio Ambiente ou da Secretaria do Meio Ambiente, mas é de todos. Todos os órgãos têm que pensar em educação ambiental.

Por exemplo, demoraram 10, 15 anos para fazer uma estrada e apareceram 200 quebra-molas. Por que não aproveitaram para explicar a existência desses quebra-molas? Claro, é para proteger os animais, etc. e evitar acidentes, mas isso não está claro. As pessoas têm que saber. Todos têm que fazer a educação ambiental.

Eu, mais uma vez, parablenizo a Deputada Erika Kokay. Espero que o processo seja feito de forma clara. Eu não quero que o Juan e o Mauricio digam que não foram avisados. Tem que ser claro para todos. Eu não aceito, como cidadão, a desculpa de que mandou para a Associação dos Produtores do Lago Oeste — ASPROESTE ou que está no *site*. Eu tenho que ser informado e não é porque eu pago imposto. É porque eu sou cidadão, porque o morador de rua também tem direito a isso, tem direito de ser bem tratado pelo Estado. O Estado não existe se não existir a sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Muito obrigada, Sr. Dioclécio.



Passo a palavra para a Sra. Maria Emília e, por fim, para a Sra. Tawana Amaral.

A SRA. MARIA EMÍLIA - Bom dia a todos e a todas e à Mesa.

Eu gostaria de iniciar parabenizando a nossa querida e guerreira Deputada Federal, pelo PT do DF, Erika Kokay. S.Exa. atendeu prontamente, com muito carinho e acolhimento, essa manifestação dos moradores e essa preocupação em relação à fala do Governador. Eu acho que isso nos inspira a prosseguir nessa luta.

Como o Sr. Dioclécio falou, nós precisamos ampliar esse diálogo. Esse diálogo está restrito. A ASPROESTE cumpre uma função no Lago Oeste importante e vem realizando um trabalho. Nós temos, contudo, a Associação dos Amigos das Florestas, que também faz um trabalho belíssimo de mobilização. Nós já temos o início de redes sociais naquele território sagrado. Então, é preciso de fato ampliar não só o diálogo entre a comunidade, mas também o diálogo entre os órgãos ambientais.

O que nós vimos na audiência pública foi uma completa dissonância, uma completa falta de articulação dos órgãos ambientais por um território que é muito sagrado. Hoje a Floresta Nacional de Brasília é a maior floresta urbana do Brasil, e, talvez, do mundo. Nós estamos diante de um patrimônio natural de imensa relevância e sensibilidade. Então, eu acredito que esse diálogo deve ser fortalecido a partir deste momento aqui, que é um momento histórico.

Tenho certeza de que esta é a primeira vez que nós reunimos órgãos ambientais para fazer uma reflexão e um debate sobre o Núcleo Rural Lago Oeste, e isso nós precisamos, sim, agradecer e celebrar. É um momento também aqui não apenas de fazer as observações críticas, mas também de celebrar. E eu quero agradecer à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, por este momento.

Quero também agradecer ao ICMBio pelo trabalho, pela dedicação, pelo serviço que vem prestando à comunidade do Lago Oeste, disponibilizando informações, participando de palestras, sempre presente. Eu acho que esse serviço é muito relevante para a formação cada vez maior da consciência ecológica. A Deputada Erika Kokay destacou bem. Não é uma ideologia ecológica, como alguns setores da sociedade que eu considero ainda num atraso querem fazer crer. Na verdade, nós somos a consciência planetária. Nós, como habitantes da mãe Terra, precisamos ter essa consciência planetária. Por fim, só para concluir, eu queria ouvir a Mesa a respeito de uma ausência de um plano rodoviário no EIA-RIMA. Por que esse plano rodoviário não foi incluído nesse documento?



Muito grata.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Maria Emília.

Não é nenhuma ideologia climática e muito menos um marxismo cultural a consciência ecológica. Ela também não é nenhuma cruzada contra o deus ocidental.

Eu vou passar a palavra para a Tawana Amaral e, em seguida, para o Carlos Leal. Nós vamos inverter a ordem inicial. Então, vamos conceder a palavra ao Carlos Leal, depois ao Mauricio, à Fabiana, ao Antonio Queiroz e, por fim, ao Carlos Gomes para podermos concluir.

Então, tem a palavra a Tawana.

A SRA. TAWANA AMARAL - Olá. Bom dia.

Agradeço muito a todos pela presença. Agradeço aos componentes da Mesa e à Deputada Erika Kokay por proporcionarem esse momento de discussão sobre o Lago Oeste. Essa discussão, mais do que moradores e produtores, deveria envolver a comunidade inteira de Brasília e região pelo potencial que o Lago Oeste tem de trazer uma sustentabilidade ecológica para Brasília e uma segurança alimentar para a população local.

Dada a sensibilidade da área e o potencial de recarga de aquífero, nós produtores e moradores do local temos toda uma responsabilidade de manter a região como ela está, aliás, de melhorá-la, porque na verdade a regularização, que muitos tratam como fim, é só o início. A partir do licenciamento ambiental, a partir da conclusão e consolidação de toda essa normatização é que nós vamos ter realmente uma segurança jurídica e parâmetros claros e precisos de como vamos gerir o Lago Oeste. Então, eu clamo pela presença do poder público e de toda a comunidade aqui para agilizarmos e consolidarmos esse processo, porque ele é fundamental para segurarmos a onda do que está vindo como terra sem lei, firmarmos o que é necessário e estabelecermos uma conduta para lidar com o Lago Oeste.

A partir do momento que houver a regularização, o próprio EIA-RIMA coloca uma série de programas de educação ambiental e de monitoramento de nascentes, de córregos e de ocupações. Esses programas estão sob responsabilidade compartilhada da SPU e da ASPROESTE, associação que é uma iniciativa dos moradores, financiada por nós. Então, eu fico preocupada se vamos ter realmente condições de lidar com toda essa série de programas de monitoramento e de educação ambiental, que são fundamentais para manter aquela área de uma forma equilibrada.



Eu queria tratar de uma questão particular e vou até, talvez, superar um pouquinho o tempo. Eu sou moradora recente do Lago Oeste. Nós compramos há 1 ano a chácara, que estava abandonada há mais de 10 anos e, portanto, não acompanhou o processo de cadastramento junto à SPU. Então, nós, por exemplo, até hoje não temos o Registro Imobiliário de Propriedade — RIP. E eu conheço outros produtores que são ocupantes de chácara que compraram com boa-fé, muitas vezes pessoas humildes, analfabetas, que também não acompanharam esse processo e não têm esse registro.

Nós entramos com um processo de cadastramento um pouco depois que conseguimos ajeitar a chácara, que estava um caos, cheia de lixo, abandonada, quebrada, lotada de margaridão, e por isso hoje se chama Sítio Margaridão, e vimos tentando repor essa vegetação exótica, que é invasora e não queremos perpetuar, substituindo-a com produção agroecológica. E no ato em que entramos com o processo de cadastramento, a SPU — Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal o negou, porque tínhamos somente arado a terra, não havíamos tirado foto. Estávamos em plena seca, ainda íamos começar a plantar. Ela negou porque se tratava de uma área rural e não tínhamos comprovação de produção rural, portanto não poderíamos ser cadastrados. Adiante, vinha dizendo que não poderíamos ocupar terra da União sem que estivéssemos cadastrados. Então, não sabemos como entrar na legalidade.

A nossa proposta era realmente começar a pagar a taxa de ocupação para nos firmarmos de forma legal e produzirmos. E nós temos que preparar o Lago Oeste para as pessoas que querem vir para a área rural e querem seguir a proposta do Lago Oeste. É preciso deixar bem clara a proposta e como poder entrar em sintonia com isso. Então, após o início das chuvas começamos a fortalecer o nosso cultivo e entramos com novo pedido na SPU. Estamos aguardando há 3 meses o processo de triagem.

E eu queria saber da Superintendente Fabiana se existe uma previsão de mudança nos processos de cadastramento ou se vai se manter. Mesmo dentro desse processo de regularização, eu tenho receio de que tenha alguma proposta de mudança desse cadastramento, algum tipo de alteração. E, se puder, que fale um pouquinho sobre a importância desse cadastramento no processo de regularização do Lago Oeste para as pessoas, para os ocupantes, e qual tipo de segurança ou se isso gera insegurança.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Tawana.



Eu vou passar a palavra para o Dr. Carlos Leal e em seguida para o Dr. Mauricio Laxe.

O SR. CARLOS LEAL - Bem, inicialmente, eu queria ressaltar, e isso já foi dito aqui, que a TERRACAP não participou do processo de regularização desses estudos ambientais que foram feitos no Núcleo Rural Lago Oeste, exatamente porque não é uma área de propriedade da TERRACAP.

Conforme eu coloquei, agora nós estamos fazendo um levantamento, em parceria com o ICMBio, das ocupações existentes naquela parte e que estão nesse processo de desapropriação em comum, no qual a TERRACAP tem parte da propriedade da gleba. É claro que esse levantamento vai possibilitar não só termos conhecimento da relação dos ocupantes, para então atendermos à colocação que o Dioclésio fez, que eu acho que está correta, como também estabelecermos um relacionamento direto com essas pessoas no processo de regularização.

Deixo claro que esse processo dessa parte que está atrás do Lago Oeste vai começar agora. Nós poderemos, com toda a certeza, aproveitar boa parte dos estudos ambientais que já foram feitos, mas deverá haver complementações, principalmente porque é uma área muito mais acidentada do que a do Núcleo Rural Lago Oeste propriamente dito, e não só do ponto de vista de riscos de declividade, de assoreamento. Enfim, há uma série de questões que deverão ser analisadas para que o licenciamento possa ser obtido.

A partir desse levantamento, nós teremos a relação dos ocupantes e a totalização da área que está sendo ocupada, para aí, sim, poder-se buscar no processo de desapropriação em comum uma forma de a TERRACAP conduzir a regularização. Conforme eu coloquei, esse processo não está concluso e a TERRACAP não tem ainda a propriedade do pedaço que, no estudo, nós entendemos que é de propriedade da TERRACAP — 2,5% da gleba total. Hoje a Lei nº 13.465, de 2017, possibilita simplificarmos e andarmos mais rápido com esse processo, uma vez que diz, claramente, que aquelas áreas que são comprovadamente consolidadas podem ser priorizadas como áreas de propriedade do órgão público para regularização.

Então esse é um passo grande, porque, conforme eu coloquei, esse processo de desapropriação em comum é muito moroso e o uso dessa prerrogativa que a lei estabelece com toda a certeza vai ajudar bastante para que possamos dar andamento a essa questão.



A TERRACAP tem tido, nos últimos 2 anos, 3 anos, uma evolução muito grande nesse processo de regularização, não só da parte urbana, dos condomínios, como também das áreas rurais. E hoje, eu diria, estamos muito imbuídos do que é preciso ser feito, na linha de deixar os ocupantes, as pessoas que compraram de boa-fé com as informações necessárias, estabelecendo regras e procedimentos que sejam justos no processo de regularização — acho que isso é muito importante — sem, contudo, deixar de cumprir o que a legislação estabelece.

Então, é nesse sentido que eu queria me colocar. E vamos estar participando do processo referente a essas áreas lindeiras ao Lago Oeste para podermos evoluir o mais rápido possível.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Dr. Carlos Leal, por ter aceito o convite para participar desta audiência na Comissão.

E passo a palavra para o Sr. Mauricio Laxe, Chefe da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O SR. MAURICIO LAXE - Vou falar do EIA/RIMA como um todo e da questão do lixo. Essa questão está colocada no diagnóstico. O EIA/RIMA tem a parte de diagnóstico, prognóstico, programas e, quarto, de amarração, que são os condicionantes que estarão na licença e na Autorização para o Licenciamento Ambiental, a chamada ALA, que é dada pelo ICMBio para a área como um todo. Por isso há esse detalhe de como ajustar isso, porque a área como um todo vai envolver área de terceiros, TERRACAP e IBRAM, para depois o IBRAM fazer o licenciamento. Então, há essa necessidade de juntar os órgãos, é o que Dioclésio falou, e em 4 anos não nos sentamos à mesa. Estamos começando agora.

Para falar a verdade, a primeira reunião com os quatro órgãos juntos foi feita duas semanas atrás. A colega do IBRAM, da fiscalização, estava lá. Foi a primeira vez em que se reuniram os quatro órgãos. O ICMBio chamou todo mundo, por conta dessa situação, porque não tinha muito diálogo. Fizemos a reunião e estamos preparando uma ação de monitoramento e fiscalização a partir das próximas semanas, justamente para levantar os dados sobre as chácaras, porque esses dados estão defasados.

Em 2010, se apontavam seis. Nós temos 101 notificações, que levantamos na semana passada. E aí inclui tudo, desde duas empresas que furam poços e não tinham cadastro técnico federal. Há cerca de 10 chácaras que começaram a fazer galpão e mais



outro tanto que começou a parcelar e outro tanto que tem adensamento, porque são mais de três construções. E estamos indo a campo, junto com a TERRACAP, a SPU e o IBRAM, nesses próximos dias, para podermos obter o dado que foi informado pelo pessoal técnico da empresa Greentech, para cruzar com os dados que o ICMBio tem, que são de 101 áreas notificadas com 136, se não me engano foi o número que ele apresentou no EIA/RIMA. O IBRAM está fazendo a mesma coisa. Ficou combinado com o Dr. Carlos Leal, da TERRACAP, e com o menino que esteve na reunião que vamos começar a fazer o levantamento da área da TERRACAP. Na verdade, nós estamos ajudando o IBRAM a avançar com os processos de integração. Vou falar de forma prática que, na verdade, nós perdemos quase 4 anos.

Quanto à questão do muro, que é uma polêmica, quem estava acompanhando — está aqui a Regina — sabe que uma comissão disse que não era para ter muro. Depois, a direção apresentou, genericamente, numa plenária, mas não detalhou. Todo mundo aprovou na plenária, mas ninguém observou os detalhes. Na proposta inicial, está previsto inclusive muro com vidro, muro em todo o entorno. Depois, caiu para 40%. E, mesmo agora, ainda há a questão das soluções mistas, que é colocada na proposta. A solução mista é usar muro de alvenaria em até 20%. Então, ainda há um restinho de muro. Não é levado em consideração o aspecto hídrico nem a drenagem. Se se faz o muro, não há como drenar a água para dentro das barraginhas nem tem como pequenos animais transitarem. Então, é esse ajuste fininho que precisa ser feito. Falta pouca coisa. Mas, na verdade, os órgãos não se sentaram ainda. Por isso, há essa questão.

A respeito do condomínio CooperPalmas, nós tivemos reunião na semana passada para tentar buscar uma solução. O ICMBio acha que, talvez trabalhando a gleba como um todo, se pode construir um cenário, mas vai depender de conversa com a SPU e com o IBRAM, para ver se temos uma alternativa. Nós fizemos, por meio de uma notificação, uma solicitação ao condomínio, para que não haja novas obras que venham a complicar mais ainda a possibilidade de chegarmos a uma saída.

Não foi respondido ainda que tem que estar no licenciamento quem paga o conjunto de condicionantes e programas que têm que ser feitos. Em tese, estaria escrito que seria a associação e a SPU. Então, essa coisa é preciso amarrar, porque ainda não está amarrado, está só previsto. Como é feita a amarração? É na licença e no plano de ocupação. Pode ser que o EIA/RIMA tenha 500 propostas, mas, se elas não estiverem materializadas no



plano de ocupação e na licença, elas não valem. Está faltando essa amarração. Então, a pergunta com relação a quem paga é muito importante.

Outro problema importante que foi levantado e que deve ser enfrentado é a questão da erosão. Há pessoas que não querem abrir a barraginha. Ou o plano de ocupação prevê isso, ou vamos ter que botar como condicionante para a pessoa ser obrigada a fazer. Caso não faça, será multada e haverá outras consequências.

A respeito da questão do quebra-molas, há uma norma da APA de Cafuringa detalhando que devem ser colocados, em toda DF-00, quebra-molas. Então, isso não é invenção do ICMBio, do IBRAM ou do DER. Já eram por lei previstos há mais de 14 anos, mas nunca tinham posto quebra-molas ou redutores de velocidade, porque há essas duas opções.

É superimportante que todo mundo faça o CAR, porque serão propostas algumas opções de reserva legal. Nós temos que definir a reserva legal que não está devidamente amarrada. É outra amarração que também tem que ser detalhada.

Quero lembrá-los de outra coisa importante para responder ao nosso companheiro. Quando se fala em atividade rural, não há impedimento neste momento para se fazer uma construção para atividade rural que não seja alvenaria. Há impedimento para três construções de alvenaria. Há um vácuo se é para fim residencial ou não. De forma genérica, há impedimento para se construir com fim industrial. Então, nessas amarraçõezinhas temos que avançar um pouquinho mais.

Quero falar sobre a questão do subparcelamento. Existem subparcelamentos sim. Há na Rua 00, na Rua 1, na Rua 4, na Chácara 10 — se não me engano há um parcelamento antigo inclusive —, nas Chácaras 15 e 17. Há vários anúncios no OLX. Nós estamos com um estagiário vasculhando a cada 15 dias. Já pegamos duas pessoas desse jeito. Há pessoas vendendo 5.000, 2.500 e 10.000. Essa ação é justamente para isso. Se houver indício de subparcelamento, vamos notificar aquela pessoa e ver qual é o procedimento posterior.

Por último, quero falar sobre o fenômeno chinês. Não é só o chinês que está lá no Lago Oeste. É bom que a SPU saiba que, de acordo com a norma da SPU, cada pessoa física ou jurídica só pode ter duas chácaras. O chinês está com a gota — como fala na minha terra — comprando terra adoidado. Geralmente, eu sou visto como chato. Eu devia ter respondido à moça que sou chato, sim, com quem faz irregularidade. Inclusive a moça



que falou isso era uma das pessoas que faziam irregularidade. Mas fui cavalheiro aquele dia e preferi não aceitar provocação. Quem está considerando chatos o ICMBio, o IBRAM ou a SPU são aqueles que não estão de acordo com a norma. Preocupa-nos a amplitude disso aí a partir do começo deste ano. Os quatro órgãos se sentaram para tentar juntos chegar a um denominador comum.

Fica a recomendação para, se possível, o IBRAM formalizar que aquele ofício não tem a devida validade legal, para que possamos mais facilmente buscar um denominador comum e ultrapassar esse tema que não transcende a questão do licenciamento.

Há a questão do desmatamento. As regras continuam as mesmas. Outro dia, acho que, na Rua 15 ou 14, o cara comprou a chácara do UniCEUB e limpou tudo. A discussão é a seguinte: limpou ou não limpou o Cerrado? É isso o que nós vamos ver. *A priori*, parece-me que ele deixou as principais espécies do Cerrado. As pessoas têm que lembrar que existem 12 espécies do Cerrado que são imunes a corte. Então, há 12 espécies do Cerrado, estejam onde estiverem, que não podem ser cortadas. Há uma lei específica que trata disso.

Estamos à disposição. Vamos ver se chegamos a um denominador comum o mais rápido possível para que tudo seja regularizado, até para que eu e o companheiro que praticamente é meu vizinho não fiquemos de mau humor um com o outro. Vamos tentar sair desse imbróglio.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Já encerramos as inscrições, mas possibilitaremos que senhor faça uso da palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO CORÁ - O Mauricio citou animais, cachorros. Não seria viável, Mauricio, juntar alguns veterinários para verem se esses cachorros... A minha preocupação é que esses cachorros que vão para dentro do parque e voltam podem não estar vacinados. Os cachorros matarão animais e poderão morder crianças. Eles estão soltos. Domingo, depois da reunião, estávamos saindo e havia um cachorro entrando na área e saindo dela. Será que todos estão vacinados? A minha pergunta é essa. Será que não se poderia juntar e fazer um trabalho em cima disso?

O SR. MAURICIO LAXE - Bem, a preocupação do ICMBio com os cães... E não é só o Lago Oeste. Viu, gente? Nós estamos fazendo isso em assentamentos e em áreas rurais também. Nós temos recomendado que os cães fiquem confinados em mil metros, dois mil metros em torno da casa, porque há esse problema, sim, tanto de doença quanto de fuga dos animais e de ataque a pequenos animais que estão transitando na área. A coruja-



buraqueira é a mais coitada de todas no Lago Oeste. Onde há cão solto, não há coruja-buraqueira. Onde não há cão aprisionado ou não há cão, há coruja-buraqueira.

Então, quanto a essa relação entre fauna local e animal solto, nós vamos ter que chegar a um denominador comum. Nos assentamentos rurais, nós temos feito isso. Provavelmente, um dos condicionantes a combinar com o IBRAM é essa questão dos cães.

E, só reforçando — nós não podemos perder a oportunidade —, nós propomos que houvesse algum mecanismo para haver mais participação popular no controle das terras públicas. Essa é uma coisa importantíssima, ainda mais diante dessa nova gestão federal, que está vendo isso como uma fonte de recursos. Então, é preciso haver participação social no controle das terras públicas. A questão de RIP — Registro Imobiliário Patrimonial, etc., tem que ter controle social, um conselho, alguma coisa.

E fica também aqui a proposta para a Deputada — eu estou chutando, esperando que ela dê uma cabeçada para botar no gol; jogamos no mesmo time homem e mulher — de ampliar a rigorosidade na lei da caça. Realmente, está começando a ficar problemática a caça no entorno do DF. Nós estamos encontrando onças, mas estamos encontrando também muitos caçadores. As câmeras estão filmando os animais e os caçadores. E pena de 6 meses a 1 ano para quem mata animal que está em extinção é muito pouco.

Então, talvez tenha chegado a hora — e o Lago Oeste pode ajudar a dar esse empurrão — de potencializarmos, porque tem neguinho caçando lá em baixo, no buraco da Fercal. E nós estamos filmando onças e outros animais lá embaixo.

Bem, eu falo demais. É melhor eu ficar quieto. Eu já falei o que eu tinha que falar.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Mauricio.

Vou passar a palavra, então, para a Dra. Fabiana Cristina Tavares Torquato, que é Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União — SPU no Distrito Federal.

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO - Eu vou responder, primeiro, à pergunta da Tawana. Em relação às inscrições de ocupação, nós temos um marco regulatório, que deve ser observado e está previsto na Lei nº 9.636, de 1998. Para fazer a inscrição de ocupação, nós exigimos que a pessoa demonstre a ocupação por si ou por sucessão desde 2006 ou 2014. E, combinado com isso, tem que ser observada a IN 4, que diz quais são as condicionantes. Lá também está prevista a questão do aproveitamento de 80% da área rural.



Em relação a essa lacuna, que você mencionou, entre quando vocês entraram e quando pediram a inscrição de ocupação, nada impede que você peça a inscrição de ocupação novamente quando você tenha a produção rural. O que não dá realmente é fazermos a inscrição de ocupação sem haver o efetivo aproveitamento da área. Por mais que seja uma lacuna, nós não temos como abrir mão disso.

Sobre a questão das casas, tanto falada aqui — eu e o Mauricio também conversamos sobre isso —, essas chácaras não tinham nenhuma construção, nem casa de ferramenta nem casa de caseiro, nada. E a SPU exigia que, para comprovar o efetivo aproveitamento, deveria ter moradia, até porque a legislação previa — e agora, com a Medida Provisória nº 852, isto está sendo alterado — que a pessoa residisse na área rural. Hoje ainda está na lei e na MP 852 também que, para ser beneficiária de uma propriedade rural da União, a pessoa tem que residir. Aí o que aconteceu? Havia lá 30 chácaras que estavam sendo notificadas. Nós temos a relação nominal delas. Isso não foi feito aleatoriamente. Nós sabemos quais são. E esses ocupantes estavam sendo notificados pelo cancelamento do RIP e pelo pedido de desocupação da área, porque não conseguiam demonstrar efetivo aproveitamento, por causa do embargo que o IBRAM tinha colocado.

Então, de fato, os órgãos têm que sentar e resolver a situação. Nós estamos falando de pessoas que moram no local e temos que compatibilizar o uso sustentável com a qualidade de vida das pessoas. Eu acho que, nessa relação, o que manda é o bom senso. Não vemos dificuldade nenhuma em rever entendimentos, em rever posicionamentos, desde que isso esteja previsto. Temos a possibilidade administrativa e jurídica para tomar tal decisão.

Em relação à sua fala, Dioclécio, eu peço desculpas se você não conseguiu a informação a tempo. Além do pedido de desculpas, vou pedir licença a vocês para contar a realidade do órgão, para que entendam que de fato a SPU tem uma capacidade de mobilidade um pouco pequena. Eu fiquei respondendo como chefe de divisão na área de caracterização por alguns meses. Isso porque a SPU não tinha servidor que pudesse responder pela área. Só para você entender, hoje nós temos, lá na área da caracterização, que é o coração da SPU, que faz esse relacionamento com todos os órgãos ambientais e também com todos os órgãos do Governo Federal, a SPU tem que atender a todas as entidades estatais da esfera federal e local, além de entidades internacionais, Forças



Armadas, Poder Judiciário, Ministério Público, Ministério do Trabalho. Então, nós temos uma demanda muito grande e uma quantidade muito pequena de servidores.

Só para vocês terem uma ideia — eu vou cometer até uma indiscrição, Carlão, e peço desculpas de antemão —, o orçamento da SPU equivale a um quarto do orçamento da TERRACAP. Um quarto! Para o Brasil inteiro. Nós tivemos dificuldade para comprar uma bateria que custava 500 reais para uma caminhonete. Só conseguimos adquiri-la depois de 1 ano e meio.

Em termos de servidores — e até apresentamos isto no encontro dos superintendentes —, a previsão é de que, no ano que vem, restem na SPU apenas dez servidores que não estão em idade de se aposentar. O resto está em idade de se aposentar. Nós não tínhamos servidores que pudessem verificar um mapa, para você ter uma ideia.

Então, é um órgão que realmente precisa ser apoiado. Eu faço aqui essa solicitação porque lá dentro é uma máquina de moer gente. Dos poucos servidores que estão lá, muitos estão com problemas de saúde, já muito envelhecidos. Nós precisamos do apoio da Câmara também, para nos ajudar. Somos uma secretaria que administra quase 30% do território rural do Distrito Federal e precisamos de gente capacitada para trabalhar. A capacitação dos servidores quem está fazendo sou eu mesma.

Nós temos uma deficiência muito grande. Então, eu peço desculpas se não conseguimos atender a contento, mas temos nos esforçado para manter aquela estrutura caminhando. Mais de 70% dos processos que entram na SPU são de órgãos de controle do Poder Judiciário. Então, imaginem. Às vezes, são 10, 12 prazos por dia, e há 1 ou 2 servidores só para responder a isso.

Eu sei que o meu tempo já estourou, mas só quero reiterar algo em relação à comunicação com a ASPROESTE. Como eu falei no início, só tenho que aplaudir a ASPROESTE PROTESTASTE pela iniciativa. É uma associação muito bem organizada e que, de fato, trouxe um produto pronto.

Quando eu cheguei à SPU, vocês já estavam com o EIA/RIMA pronto. Todos vocês estão de parabéns. Vocês se organizaram para fazer isso.

Em relação à SPU, embora a União seja proprietária da terra, a lei faculta à União fazer esses convênios, para que os interessados na regularização — e aí estou falando da regularização plena, através da CDRU — de fato possam ajudar a União a fazer o que é o



trabalho do Poder Executivo. Nós muitas vezes não temos capacidade para fazer isso a tempo e a contento. Então, essa é uma parceria saudável entre todos.

Em relação à comunicação, eu me coloco à disposição, se vocês fizerem reuniões e quiserem convidar a SPU para esclarecimentos. Todos aqueles que vão a SPU são por nós recebidos. Eu não sei de pessoas que não conseguem ser atendidas lá. Nós recebemos todo mundo. Mais uma vez eu digo que as portas estão abertas e que o diálogo vai ser frequente.

Obrigada pela participação de todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigada, Dra. Fabiana, pela participação.

Vou passar a palavra a você, que terá 1 minuto. Depois vamos caminhar para o encerramento.

A SRA. CARMEN REGINA - Eu agradeço por essa concessão. Quero parabenizá-la e a todos por este evento, que, para nós, é muito importante.

Eu estou falando em nome da Cooperativa Agroambiental Palmas, que foi citada. Nós atuamos numa área de 136 hectares, onde estão 250 cooperados há cerca de 20 anos. Nós somos um grupo que está se organizando — essa cooperativa foi criada recentemente — no sentido de dar a real destinação àquela área, que já vem sendo ocupada, como eu disse, por esse período. Muitas das pessoas que estão lá são produtoras e estão realmente cumprindo o que determina a legislação.

O que eu queria colocar, até em função da sua fala sobre sensibilização, é que nós também nos sentimos muito sensibilizados por estarmos excluídos de todos os estudos. Em todos os mapas que foram apresentados aqui há um retângulo em branco, que somos nós. Então, isso nos choca muito, porque temos todo o interesse em estar integrados ao Lago Oeste.

Na audiência, ao final dela, o representante da SPU se dirigiu a nós, a um grupo da Agropalmas, e disse: "*Mas vocês estão em reintegração de posse*". Eu particularmente fiquei muito chocada, mas nem questioneei, porque achei que não era o lugar nem o momento para esse tipo de informação que nós nunca recebemos oficialmente.

Estamos querendo realmente ser recebidos pela SPU e apresentar as nossas razões. Por isso eu pedi a palavra e agradeço. Em breve, entraremos com o pedido formal, para que possamos ser ouvidos. Conforme o Mauricio falou, ele já tem uma proximidade, ele já



está nos orientando em algumas questões. Nós sabemos que temos muito a avançar, mas estamos dispostos a enfrentar esses desafios.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Vou passar a palavra ao representante do IBRAM, o Sr. Antonio Queiroz Barreto, que é Superintendente de Licenciamento Ambiental do IBRAM.

O SR. ANTONIO QUEIROZ BARRETO - É bastante produtivo este nosso evento aqui.

Parabenizo a Deputada Erika Kokay pela condução dos trabalhos, e os colegas da Mesa, o Carlos, a Fabiana e o Mauricio, pelo enriquecimento das informações.

Nós notamos — e isto é comum dentro dos processos no serviço público — que existem momentos em que a coisa anda mais rápido, mais devagar, mais rápido, mais devagar e que precisamos aproveitar os picos, em que temos sinergias de vários colaboradores, principalmente do serviço público. Hoje vivemos um momento de bastante confluência entre os órgãos públicos que tangenciam a questão da regularização fundiária e ambiental do Lago Oeste. Temos aqui à Mesa representantes da TERRACAP, do ICMBIO, da SPU e do IBRAM. Falta apenas o IPHAN.

Avançamos bem nesses últimos meses. O Mauricio tem sido um grande parceiro no licenciamento ambiental, principalmente nos processos mais sensíveis e um pouco mais complexos, como o de Arniqueira, o do Lago Oeste e o de Vicente Pires. A atuação dele na chefia da APA do Planalto Central tem ajudado bastante na construção de ações e procedimentos internos entre o IBRAM e o ICMBIO, para que cheguemos a uma situação de resolução.

Então, é isso o que está acontecendo. Todo o material apresentado aqui vai enriquecer as nossas análises. Como eu disse ali, a bola, neste momento, está com o IBRAM, para fechar um parecer. Ele deve ser fechado nos próximos dias. Esse parecer vai ser encaminhado, junto com todo o material, para o ICMBIO. E o ICMBIO, a turma do Mauricio aqui, lá da APA do Planalto Central, vai emitir um posicionamento, que são as condicionantes a serem colocadas e dialogadas na licença, para que, com isso, emitamos um parecer final.

Nesse meio-tempo, todos vocês podem ter acesso a esse processo, que é público, está acessível a todos vocês. Independe de ser particular. É só solicitar o acesso ao IBRAM:



"Quero ter acesso ao processo tal". Abrimos para você como usuário externo do SEI — Sistema Eletrônico de Informações, e você acompanha passo a passo tudo o que está acontecendo. No *site* do IBRAM há todas as contribuições dos estudos ora protocolados. É interessante contar com a participação de vocês. O sistema, o SEI, que está implantado no IBRAM há 1 ano e meio, dá condição de total transparência quanto à tramitação de documentos. Vocês verificam *in loco*, no momento real, o que está acontecendo, em que lugar, com quem e como está aquele documento, sendo usuário externo. Isso pode ser disponibilizado amplamente para todos os interessados mediante petição junto à Central de Atendimento, apresentando-se como morador do Lago Oeste e interessado na situação.

E vamos construindo uma situação, para ver se, nos próximos meses, podemos chegar pelo menos à obtenção da Licença de Instalação Corretiva, que é interessante para todo mundo. Ela é interessante para o órgão ambiental, é interessante para o órgão fundiário e é interessante para vocês moradores de lá, porque realmente é um instrumento legal que detém os regramentos para o uso e a ocupação daquele lugar.

Coloco-me à disposição lá na Superintendência de Licenciamento Ambiental e agradeço a participação dos colegas da fiscalização, à Denise, ao Igor e à Nádia, que sempre dão muito apoio na condução dos processos de licenciamento, verificando as situações que requerem certa atenção.

Agradeço a todos e agradeço a oportunidade de estar nesta Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Obrigado, Sr. Antonio Queiroz Barreto.

Passo a palavra para o Sr. Carlos Tadeu Castro Gomes, o Presidente da ASPROESTE — Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste.

O SR. CARLOS TADEU CASTRO GOMES - Mais uma vez não é muito frisar que agradeço por esta iniciativa da Deputada Erika Kokay.

Respondendo a uma pergunta sobre o plano viário, ele existe. Não sei se foi falado lá na audiência pública, mas ele está previsto. Ainda não foi feito e custa uma nota. É bom que se diga isso. Se tiver que ser feito mesmo, vai sobrar para nós. Ele custa uma nota: chega à casa dos 100 mil reais. É caríssimo.

Outra coisa que eu queria falar, que não tem muito a ver com regularização e com licenciamento, é que temos um espaço chamado Empório Lago Oeste, que está sujeito a um processo na Justiça, para demolição. O proprietário de um lote lá no fundo achou que



aquilo ia prejudicá-lo em algum momento, no futuro, quando viesse a instalar o que quer que seja, e entrou com processo na Justiça, baseado em licenciamentos, essa coisa toda do GDF. No primeiro momento, a Justiça não acatou a inicial, não deu provimento ao pleito da empresa. No segundo momento, o colegiado do Tribunal de Justiça, por unanimidade, resolveu acatar a petição e determinou a demolição daquele espaço. Esse é um negócio que fiz questão de trazer a público aqui. Apesar de já estar bem divulgado, nunca é demais repisarmos isso.

No mais, muito obrigado a todos e à Mesa. Isto aqui nunca é demais. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. PT - DF) - Muito obrigada, Sr. Carlos Tadeu.

Eu queria agradecer imensamente à Sra. Fabiana Cristina Tavares Torquato, Superintendente da SPU — Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal; ao Sr. Mauricio Laxe, chefe da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; ao Sr. Carlos Tadeu Castro Gomes, Presidente da ASPROESTE — Associação dos Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste; ao Sr. Antonio Queiroz Barreto, Superintendente de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasília Ambiental; e ao Sr. Carlos Leal, Presidente em exercício da TERRACAP — Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Pelo que pude depreender, nós tiramos alguns encaminhamentos desta audiência pública. Vou citá-los: a realização de uma reunião com o novo Secretário de Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal tão logo assumo; a elaboração de um documento com as conclusões desta reunião, que encaminharemos ao Secretário; a necessidade de marcarmos uma reunião com o IPHAN, para que seja acelerado o processo de delimitação do sítio arqueológico — porque, se você identifica que existe sítio arqueológico, mas não delimita o espaço, vai ficar com o impedimento para o processo de licenciamento; e a sugestão ao novo Secretário de Meio Ambiente de realização de nova audiência pública, para suprir as lacunas que aqui foram apontadas.

Acatando a sugestão do Dr. Mauricio, acho que temos que criar um instrumento de controle popular sobre as terras públicas, um conselho ligado à Secretaria do Patrimônio da União ou conselhos regionalizados. Enfim, onde existe uma organização da própria população há sempre uma construção democrática mais intensa e justa sendo efetivada.

Foi sugerido que nós trabalhemos também com um controle mais rigoroso sobre a questão da caça no Distrito Federal e no Brasil.



E foi colocada à disposição a participação da SPU em reuniões com a comunidade. Reuniões como esta podem ser realizadas na comunidade, inclusive com a presença de representante da SPU, para tirar dúvidas sobre os problemas mais pontuais, os problemas que envolvem segmentos da própria comunidade. Acho que a Dra. Fabiana se colocou à disposição para isso. A associação pode agendar a ida dela lá para esclarecer todos os problemas, seja da própria cooperativa, sejam problemas pontuais, como o "dilema Tostines": se é preciso que eu produza para ser cadastrada, ou se eu não posso produzir porque sou cadastrada. Você fica num dilema profundo, fica sem saída. Para discutir essas questões pontuais, acho que seria muito importante que a SPU estivesse lá.

São esses os encaminhamentos.

Antes de encerrar os trabalhos, informo que esta é a última reunião desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Sessão Legislativa de 2018 e, portanto, nesta Legislatura, haja vista que entramos em recesso na próxima semana.

Então, eu queria apenas consultá-los sobre se nós podemos aprovar a ata desta reunião.

Se não há quem se coloque contrário, nós a colocamos em votação. *(Pausa.)*

Nós aprovamos, portanto, a ata desta reunião, para que ela possa constar dos Anais desta Comissão, tendo em vista que não haverá uma próxima reunião nesta Legislatura, tampouco nesta Sessão Legislativa.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* Audiências Públicas. A partir de amanhã, quem quiser acessar o conteúdo desta audiência pública poderá fazê-lo na página desta Comissão de Meio Ambiente na Internet.

Sobre as deliberações, eu vou apenas revisá-las. Foi sugerida uma reunião com o Secretário, que tão logo haja a posse nós vamos solicitar, em nome desta Comissão e como resolução desta audiência pública, organizada por esta Comissão.

A Comissão funciona até o dia 31 de dezembro. Depois ela só volta a funcionar quando for eleita a nova Mesa Diretora, o que pode ocorrer no mês de março. Ela vai ficar um tempo sem funcionamento porque vai ter que ser eleita a nova Mesa Diretora da Comissão.



As deliberações são: reunião com o novo Secretário de Meio Ambiente, como resolução desta audiência pública; construção de um documento sobre esta audiência pública; marcação de reunião com o IPHAN, para acelerar a delimitação do sítio arqueológico; sugestão ao novo Secretário de realização de uma audiência pública formal, que é uma premissa para o processo de licenciamento, que é premissa para o processo de regularização; e a elaboração de uma proposição sobre o controle popular. Vamos trabalhar com uma sugestão sobre isso, sobre uma política de controle popular das terras públicas, e depois a encaminharemos para vocês membros da Mesa, para que opinem. Nós vamos trabalhar com a sugestão, construir uma proposição e passá-la a vocês membros da Mesa, particularmente à SPU, que lida com terras públicas, à TERRACAP, aos órgãos que aqui estão representados e para a ASPROESTE, como exemplo de vigilância no que diz respeito à preservação do bem que é de todas e de todos.

Outra deliberação: o controle mais rigoroso sobre a caça, o que passo para o IBRAM e para o ICMBIO, para que possam apresentar também suas sugestões, uma minuta de projeto, e nos ajudar nessa construção.

Feitos esses esclarecimentos e com essas deliberações, com as quais todas e todos estão de acordo, mais uma vez eu lhes agradeço a participação e lhes desejo-lhes feliz Natal.

Que o exemplo de Cristo possa falar através de nós. Mais importante do que falar sobre ele ou dele ou utilizar o seu nome é fazer os exemplos de fraternidade, de generosidade, de solidariedade que Cristo nos deixou na Terra falem através das nossas ações.

Bom 2019 para todas e todos!

Que nós possamos dizer, sem medo nenhum, com muita coragem, que, conforme disse Guimarães Rosa, é o que determina e deve determinar a nossa vida: *"Pode vir, 2019, que nós estaremos ora na resistência ora no acolhimento, mas sempre na resistência, com muita afetividade, com muito respeito ao outro, com muito respeito e homenagem à diversidade que nos caracteriza e que faz com que tenhamos um reconhecimento humano"*.

A nossa humanidade se reconhece na diversidade, na alteridade, na afetividade, na liberdade e na condição de sujeito. Portanto, que em 2019 sejamos todos muito humanos e possamos vivenciar, beber, distribuir, redistribuir e ressignificar esses conceitos que nos



fazem seres humanos, não donos da vida, mas parte de uma trama de vida que temos a responsabilidade de preservar.

Com isso declaro encerrada a presente audiência pública. *(Palmas.)*